



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ALINE KELLY MARTINS

**COMÉRCIO DE RUA NO CONTEXTO URBANO DA ÁREA CENTRAL DE JOÃO
PESSOA:
OCUPAÇÃO, CONFLITOS E INCERTEZAS**

JOÃO PESSOA,
2018

ALINE KELLY MARTINS

**COMÉRCIO DE RUA NO CONTEXTO URBANO DA ÁREA CENTRAL DE JOÃO
PESSOA:
OCUPAÇÃO, CONFLITOS E INCERTEZAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao curso de Geografia, Bacharelado/noite, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua

JOÃO PESSOA,
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M386c Martins, Aline Kelly.

Comércio de rua no contexto urbano da área central de João Pessoa: ocupação, conflitos e incertezas / Aline Kelly Martins. - João Pessoa, 2018.
61 f. : il.

Orientação: Rafael Faleiros de Pádua.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Comércio de rua de João Pessoa. 2. Conflitos. 3. Shoppings populares. 4. Calçadas. 5. Urbanização. I. Pádua, Rafael Faleiros de. II. Título.

UFPB/CCEN



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.04/2016/CCG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)
Alire Kelly Martins (matrícula 31910764)
 cumpriu () não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da
Resolução N. 04/2016/CCG/CCEN/UFPB somos de parecer favorável ()
desfavorável à aprovação do TCC intitulado:
Demora de Rua no Contexto Urbano da Área
Central de João Pessoa: ocupação, conflitos e
incertezas

Nota final obtida: 9,0

João Pessoa, 30 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Rafael Salvo de Padua

Professor Orientador

Professor Co- Orientador (Caso exista)

Alexandre Jorge do Nascimento

Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

Neivana D. A. Rafael de S.S

Membro Interno ou Externo

Dedico este trabalho as minhas mães, Vanda e Rosa, às minhas irmãs (Adriane e Andréa) e irmão (Ailton), aos meus três sobrinhos (Benício, Caio e Josué) e ao meu companheiro de vida e de luta, José Alves.

Agradecimentos

Para se construir um prédio seguro é preciso ter uma base firme e sólida, mas isso geralmente não se faz sozinho(a). Um alicerce bem feito conta com os braços e mãos de várias pessoas que juntas alimentam a esperança e o desejo de crescer. Fui criada sempre ouvindo que a educação é o principal instrumento para se vencer na vida e corri atrás mesmo diante de inúmeros obstáculos. Quando desci novamente por uma nova graduação, após dois anos de conclusão do primeiro curso universitário, vi a necessidade de olhar com outros olhos o mundo e isso seria na perspectiva geográfica.

Quando entrei no curso a maioria me questionava ‘Por quê a Geografia?’ Porque essa ciência, a qual eu já era apaixonada desde os tempos do fundamental na escola, me ajudaria a entender de forma mais profunda a nossa realidade. Sem dúvidas também contribuiria com minha carreira de jornalista. Foi uma graduação que me fez refletir criticamente o que nos rodeia. Tive colegas espetaculares, embora uma turma praticamente masculina e que foi se esvaindo com o passar dos semestres, e vários professores excelentes.

À Deus, primeiramente, agradeço a oportunidade de ter me permitido cursar Geografia. A minha mãe pelo incentivo diário e as minhas irmãs por compartilhar as alegrias das minhas conquistas. Fomos três guerreiras criadas sozinhas por uma mãe. Em nenhum momento seguimos o caminho escuro, sempre buscamos a luz. “Não somos desajustadas”. Ao meu companheiro de vida e de luta, José Alves, por compreender as minhas falhas e ausências na “programação do cinema dominical”, principalmente no período da construção desse material de pesquisa.

Aos meus colegas de turma João Alfredo, pelas caronas, risadas e ensinamentos principalmente naquelas disciplinas carrancudas; a Hugo, pela disponibilidade em consertar o notebook que insistia no modo “tartaruga” e pelas explicações de assuntos que havia faltado ou inicialmente não compreendia; a Lucas, que por ter o mesmo sobrenome o chamava de primo, apesar de infelizmente não ser, e pelo incentivo também; aos demais que estiveram ao longo de alguns períodos, mas que, por algum motivo maior, buscaram outros sonhos que a Geografia não seria suficiente de suprir; aos colegas como Richardson que já vinha de uma caminhada e se encontrou com a nossa turma e nos fez dar boas risadas; aos professores ao meu orientador, Rafael, pela paciência, pelo profissionalismo e pela atenção sempre.

Também aos meus amigos jornalistas Celina e Tássio pelo incentivo a mais uma graduação, tendo em vista que entramos no mesmo ano para enfrentar novos cursos e reviver outra história nas salas de uma universidade pública... Que aliás, só tive orgulho de compor o quadro de discente da UFPB em dois cursos em um período de oito anos. Uma batalha vencida, mas a luta continua porque acredito que a educação é o que pode mudar os nossos destinos.

"[...] O que será que será
Que todos os avisos não vão evitar
Porque todos os risos vão desafiar
Porque todos os sinos irão repicar
Porque todos os hinos irão consagrar
E todos os meninos vão desembestar
E todos os destinos irão se encontrar
E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá
Olhando aquele inferno, vai abençoar
O que não tem governo, nem nunca terá
O que não tem vergonha, nem nunca terá
O que não tem juízo"

Chico Buarque de Holanda composição 1976

RESUMO

Este trabalho analisa o comércio de rua, por meio da atividade de camelôs e ambulantes, no interior e nas calçadas das imediações dos shoppings populares Centro Comercial de Passagem (CCP) e Centro de Comércio e Serviços do Varadouro (CCSV), instalados na área central de João Pessoa. Além do levantamento histórico da atividade na capital paraibana, como um dos objetivos, o estudo também identificou os motivos da permanência dos trabalhadores nas ruas e enumerou os principais conflitos entre os comerciantes de rua e o poder público. Dentro do contexto urbano, o Centro mantém uma importância econômica, em especial para a realização do comércio informal. Além das pesquisas em dois jornais impressos paraibanos sobre a história da atividade de rua, também foram realizados campos de pesquisa para observação in loco, entrevistas qualitativas com os presidentes do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes da Paraíba (Sindambulantes-PB) e da Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba, e os comerciantes de rua. A diretora de Controle Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb), responsável pela organização das áreas públicas da cidade, também foi ouvida nesta pesquisa. Com isso, notou-se que o comércio de rua conta com novos vínculos econômicos que permitem sua permanência, mas também a insucesso de shopping popular que obriga o trabalhador a ir para a rua.

Palavras-chave: Comércio de rua. Conflitos. Shoppings populares. Calçadas. Urbanização.

RESUMEN

Este trabajo analiza el comercio callejero, por medio de la actividad de camellos y ambulantes, en el interior y en las aceras de las inmediaciones de los centros comerciales de Pasaje (CCP) y Centro de Comercio y Servicios del Varadero (CCSV), instalados en el área central de Juan Pessoa. El estudio también identificó los motivos de la permanencia de los trabajadores en las calles y enumeró los principales conflictos entre los comerciantes callejeros y el poder público. Dentro del contexto urbano, el Centro mantiene una importancia económica, en especial para la realización del comercio informal. Además de las investigaciones en dos periódicos impresos paraibanos sobre la historia de la actividad de calle, también se realizaron campos de investigación para observación in loco, entrevistas cualitativas con los presidentes del Sindicato del Comercio de Vendedores Ambulantes de Paraíba (Sindambulantes-PB) y de la Asociación de los " Ambulantes y Trabajadores en General de Paraíba, y los comerciantes callejeros. La directora de Control Urbano de la Secretaría de Desarrollo Urbano (Sedurb), responsable de la organización de las áreas públicas de la ciudad, también fue escuchada en esta investigación. Con ello, se conoció que el comercio de calle cuenta con nuevos vínculos económicos que permiten su permanencia, pero también el fracaso de compras populares que obliga al trabajador a ir a la calle.

Palabras clave: Comercio callejero. Conflictos. Shoppings populares. Aceras. Urbanización.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ambulantes ao lado Mercado do Montenegro (1920)	28
Figura 2 – Reportagem sobre a presença de ambulantes em João Pessoa	31
Figura 3 – Comércio informal em 1950 na cidade de João Pessoa	32
Figura 4 – Prefeitura retira camelôs de avenida da área central de João Pessoa	34
Figura 5 – Após saída dos camelôs, donos de lojas esperam aumento de vendas...	35
Figura 6 – Prefeitura ameaçada de intervenção. Cenário das barracas	36
Figura 7 – Prefeitura descumpre decisão e camelô continua na rua	37
Figura 8 – Insatisfação dos ambulantes com a Prefeitura	38
Figura 9 – Sedurb retira ambulantes das ruas durante operação	44
Figura 10 – Comerciantes de rua na chegada para mais um dia de trabalho	45
Figura 11 – Seburb se reúne com camelôs da área central de João Pessoa	48
Figura 12 – Promessa de retirada de ambulantes do Centro da cidade	48
Figura 13 – Relatos de agressões contra ambulantes na Capital	50

LISTA DE ABREVIATURAS

Ameg-PB: Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba

Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CCP: Centro Comercial de Passagem

CCSV: Centro de Comércio e Serviços do Varadouro

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Iphan: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ipase: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAM/Primavera: Posto de Assistência Médica

PREALC: Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe

PSD: Partido Social Democrático

Sedurb-JP: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa

Semob-JP: Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa

Sindambulantes-PB: Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes da Paraíba

UDN: União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FORMAÇÃO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA: POPULAÇÃO E COMÉRCIO ...	16
2. O CENTRO DA CIDADE E AS NOVAS CENTRALIDADES URBANAS	23
3. AS ORIGENS DO COMÉRCIO DE RUA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA	28
3.1 (In)formalidade e (i)legalidade no comércio de rua	40
4. CONFLITOS ENTRE TRABALHADORES DE RUA E PODER PÚBLICO	44
5. MOTIVOS DA PERMANÊNCIA DOS TRABALHADORES NAS RUAS.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

O comércio de rua na cidade de João Pessoa existe há séculos, mas somente no final da década de 1990 é que o poder público iniciou o processo de organização estrutural dos trabalhadores. Trabalhar nos calçadões, praças e feiras livres, sob o Sol ou a chuva, é para alguns uma alternativa de sobrevivência financeira. Do ponto de vista econômico, o trabalho informal se caracteriza pela “produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho” (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2001, p. 7-8).

Ao observar o cenário brasileiro, percebe-se que o desemprego tem contribuído para a informalidade. A maior quantidade de pessoas desocupadas na Paraíba, entre 2012 e os seis meses iniciais de 2018, ocorreu no primeiro trimestre de 2017, quando 220 mil pessoas acima dos 14 anos de idade estavam desempregadas conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os trabalhadores, com alguma experiência em vendas, acabam recorrendo ao trabalho autônomo, ou seja, sem vínculo empregatício para poder se manter. A mesma pesquisa trouxe que 399 mil pessoas acima de 14 anos de idade, que estavam ocupadas, trabalhavam por conta própria.

O número de pessoas desocupadas ou ocupadas por conta própria acaba refletindo nos grandes centros comerciais a partir da concentração de trabalhadores informais, principalmente residentes de cidades vizinhas em busca de oportunidade. Na área central de João Pessoa há trabalhadores de Bayeux, Santa Rita e Cabedelo – municípios componentes da Região Metropolitana da Capital. Embora a ocupação nas vias públicas esteja em desacordo ao estabelecido pelo Código de Posturas (que rege o controle urbano da cidade) há um problema socioeconômico não resolvido.

O trabalho informal é necessário para a valorização econômica das cidades, pois no momento que uma pessoa obtém recursos advindos do trabalho, o valor arrecadado retornará na forma de aquisição de bens pessoais. Para esta pesquisa, tomou-se por base analisar dois fragmentos da cidade de João Pessoa: o Centro Comercial de Passagem (CCP) e o Centro de Comércio e Serviços do Varadouro (CCSV) assim como seus entornos, ambos localizados na área central. O último é criticado pelo reduzido número ou ausência de clientes. Enquanto que o primeiro, situado na área mais central, onde comporta um fluxo considerável de pessoas, não sofre com esse problema.

Entende-se que, para analisar as partes do espaço é necessário compreender o todo. Nesse pensamento, Santos (1985) destaca que “o espaço deve ser considerado como uma totalidade” (SANTOS, 1985, p. 5), portanto, tomou-se por base para esta análise dois shoppings populares. Ainda sobre a totalidade, Santos (1985) frisa que “é uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial. (...) é um conceito abrangente, importa fragmentá-lo em suas partes constituintes para o exame mais restrito e concreto” (1985, p. 51).

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi um levantamento histórico da atividade de rua na capital paraibana para se entender a periodicidade histórica do fenômeno. Para isso foi feita uma busca em jornais antigos como o estatal A União, fundado em 2 de fevereiro de 1893, e o Correio da Paraíba que entrou em circulação em 5 de agosto de 1953. A coleta documental ocorreu no Arquivo Histórico do Espaço Cultural durante 20 dias do mês de julho de 2018. Foram encontradas reportagens apontando como um problema urbano socioeconômico a ocupação das calçadas por trabalhadores informais na cidade em 1950. As páginas foram fotografadas com a câmera de um aparelho celular e os registros anotados em um bloco de anotações para posterior identificação. Algumas delas foram colocadas como figuras neste trabalho.

Já a questão principal que norteou o estudo foi a busca pelos motivos que levam a permanência dos comerciantes informais nas ruas. Por que a presença dos ambulantes e camelôs ainda é representativa um forte no cenário da Capital mesmo com mais de séculos de existência? Se há shoppings populares, por que o número de trabalhadores de rua ainda é alto na área central de João Pessoa? O que o poder público tem feito para reverter essa situação? A criação de shoppings populares é satisfatória?.

A escolha do objeto de pesquisa ocorreu, primeiro por conta das inquietações da pesquisadora quanto a presença dos camelôs e ambulantes no Centro da cidade mesmo com a existência de shoppings populares. Além disso, a própria afinidade com o tema, visto que, por também se jornalista, a estudiosa já abordou o assunto em discussões sobre o contexto urbano da capital paraibana, através de reportagens. A proposta era aliar conhecimento vivido a partir de uma análise mais profunda da temática. Nota-se que o comércio de rua é um assunto polêmico e delicado de ser abordado.

Dentre os principais autores estudados nesta pesquisa se destacam para os conceitos de espaço, urbanização e cidade: Santos (1959, 1988, 1993, 2006, 2008); lugar e cotidiano na perspectiva de Carlos (2007, 2008, 2011) e comércio de rua na ótica de Moura Júnior (2010). Antes mesmo do estudo teórico, observou-se o exercício dos comerciantes de rua, sem compromisso aparente de registros da atividade em imagens.

As obras foram encontradas nas bibliotecas Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Setorial do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN). Também foram selecionados artigos da abordagem de comércio de rua nos sites como o Redalyc – pertencente a Universidade Autônoma do Estado do México – na plataforma da Universidade de São Paulo (USP). Para verificar a atuação do comércio de rua foram feitas atividades de campo a partir de entrevistas qualitativas com os dirigentes do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Feirantes da Paraíba e Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba, Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa (Sedurb-JP) – responsável pelo controle urbano do município e comerciantes.

Para que o estudo acontecesse foram adotados procedimentos metodológicos fundamentais para a compreensão do tema. E a partir do método e da metodologia, Gondim (1999) explica que “a metodologia explicita as questões norteadoras e as estratégias que serão utilizadas para abordagem empírica do objeto, as quais devem ser articuladas ao quadro teórico adotado” (GONDIM, 1999, p.19). Já para a verificação em loco, Kaiser (2006) destaca que “a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social” (KAISER, 2006, p.97). No entanto ressalta ainda que o pesquisador precisa ficar atento para não se deixar levar apenas por um lado. “O pesquisador deve estar prevenido para não se deixar distrair pelo anedótico, pelo estranho, pelo singular” (KAISER, 2006, p.100).

Do ponto de vista histórico da presença de ambulantes e camelôs em João Pessoa, uma reportagem mostrou que em janeiro de 1950, o prefeito Osvaldo Pessoa (1948-1951) foi cobrado pela direção da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), em João Pessoa, para que tomasse providências no sentido da retirada dos trabalhadores informais das calçadas. Em 1950, os ambulantes e camelôs (que no estudo são chamados de comerciantes de rua) já se consolidaram estruturalmente, apesar de precariamente, nas calçadas do quarteirão da instituição federal.

Das edições dos jornais pesquisados como fonte da pesquisa foram selecionadas de 1948 a 1952 para o Jornal A União, e ainda os anos de 1994, 1995 e 1999 (para ambos os jornais). Somente do Correio da Paraíba foram analisados os anos de 2000 a 2018 a partir das publicações encontradas. Já nas reportagens em portais de notícias, a busca ocorreu entre os anos de 2005 e 2018.

Observando a realização do comércio de rua se percebe as contradições do ponto de vista econômico e visual a partir do local onde estão inseridos. “A paisagem urbana metropolitana refletirá assim a segregação espacial, fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção” (CARLOS, 2008, p. 55). Os trabalhadores que vivem nas ruas acabam tendo que dividir o mesmo espaço com os pedestres e ainda disputar a clientela dos setores privados.

Carlos (2008) considera a cidade como o “trabalho objetivado”, que aparece a partir da relação “construído” (casas, ruas) e “não construído”, o natural. (p.56). Ainda de acordo com Carlos (2007), o lugar é um espaço para a (re) produção humana, pois “abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis” (CARLOS, 2007, p.14). O Centro da cidade é um exemplo disso devido ter sido o único espaço destinado à moradia nos primeiros três séculos e meio da fundação de João Pessoa. Nesse mesmo período também foram criados os armazéns de utensílios domésticos e alimentícios, assim constituindo os primeiros pontos comerciais na área central.

Conforme Mello² (2010), a capital paraibana teve início na parte baixa, nas imediações do Rio Sanhauá. Nesse trecho, além dos casarios, também haviam armazéns e demais pontos comerciais. Enquanto na parte mais alta, moravam as famílias mais ricas. Com o passar dos anos, até mesmo devido ao crescimento populacional, a cidade foi se expandindo, conquistando inclusive espaços considerados vazios. Porém, o Centro continuava uma das áreas mais importantes, em especial para o setor terciário da economia.

Com a expansão cada vez mais para as bordas do tecido urbano, é possível encontrar novas centralidades. Alguns locais acabam sendo estratégicos para os microempresários, que instalam pequenos pontos comerciais. Assim, os moradores daquela área, sem alternativas mais próximas, se rendem a adquirir produtos mais caros, ao invés de enfrentar longas distâncias, principalmente se isso ocorrer por meio do transporte coletivo, que dependendo da linha ou horário a espera pode ser longa.

Se aquela localidade estiver perto de bairros já desenvolvidos economicamente, as chances de os moradores buscarem o Centro da cidade se reduzem.

Em João Pessoa, um dos bairros com uma centralidade de destaque é Mangabeira. Nele é possível encontrar diversos equipamentos públicos (postos de saúde e de polícia, escolas, creches, praças e hospital), mas também várias agências bancárias, shopping, grandes redes, lojas de roupas, sapatos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Isso permite que a economia local gire. No entanto, o Centro ainda se mantém importante nesse cenário, principalmente para aqueles que trabalham no setor informal e que moram nas cidades vizinhas da Capital. “[...] o Centro tradicional ainda é um referencial de cidade para muitos e hoje entra em debate, inclusive em uma escala global, o que faz com que nessa área novos conflitos pela sua apropriação/dominação surjam [...]” (ALVES, 2010, p. 10).

Pela dinamicidade da área central (comércios, serviços e moradias), verifica-se que é um ponto de confluência de diversos públicos. Somente de transporte coletivo foram realizadas 5.957.489 viagens entre janeiro e junho de 2017. Passam também pelo Parque da Lagoa 72% das linhas convencionais de ônibus. Isso facilita o acesso à parte central de qualquer residente na Capital e até de municípios da Região Metropolitana. Das 101 linhas de ônibus convencionais da cidade de João Pessoa, 73 têm como destinos o Parque da Lagoa conforme a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Semob-JP).

Tendo por base as indagações sobre a temática, houve inicialmente as leituras de teóricos. Quando o processo estava avançado ocorreram os campos de pesquisas a fim de aplicar na prática aquilo que a teoria trazia. No caso da associação e do sindicato, por já se ter o contato telefônico dos representantes, o primeiro diálogo ocorreu por ligação telefônica e a partir disso, marcada as entrevistas pessoais e individuais. Nas datas escolhidas pelos representantes dos camelôs e ambulantes ocorreram as conversas a partir de questionamento previamente elaborados, mas a certo ponto modificado diante das afirmações.

Embora as duas instituições contem com sedes, em nenhum dos dois casos, as entrevistas se realizaram nelas, pois por se tratar de um ambiente movimentado, segundo o presidente do Sindambulantes-PB, ou no segundo caso, que estava em reforma, de acordo com a presidente da Ameg-PB, não poderia acontecer nesses locais.

No caso da Sedurb-JP, houve mais facilidade na obtenção das informações, pois a única ida a sede do órgão foi possível a entrevista que ocorreu sem a necessidade de marcação prévia. Assim que o local foi visitado, o diretor de Controle Urbano prontamente atendeu a pesquisadora. Todas as entrevistas com as autoridades e com os comerciantes de rua foram qualitativas de caráter exploratória.

Inicialmente, esse estudo traz uma Introdução sobre a temática; o primeiro capítulo aborda a Formação da cidade de João Pessoa: população e comércio; o segundo trata do Centro da cidade e as Novas centralidades urbanas; o terceiro mostra As origens do Comércio de Rua em João Pessoa; o quarto aborda os Conflitos entre trabalhadores e poder público; o quinto, os Motivos da permanência dos trabalhadores nas ruas; e por último as Considerações Finais sobre essa pesquisa.

1. Formação da cidade de João Pessoa: população e comércio

Uma cidade secular, de 433 anos de história, a Capital paraibana, com uma população de 811.598 habitantes¹, ainda mantém traços arquitetônicos do barroco em monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Fundada às margens do Rio Sanhauá e situada em cima de uma colina, João Pessoa² recebeu diversos nomes ao longo da história até a atual denominação.

Os casarios e os estabelecimentos comerciais se concentravam nas imediações do rio. O crescimento foi considerado lento. As ruas foram surgindo. Por conta da posição geográfica, a cidade ficou dividida em duas partes: Alta e Baixa, segundo revela Mello (2010). Na área Alta existiam dois bairros: Tambiá e Trincheiras, enquanto a Baixa, o Varadouro onde ficava o porto e o comércio “Ao redor do pequeno núcleo urbano havia sítios, cujos habitantes cultivavam e forneciam gêneros alimentícios para moradores da pequena cidade” (MELLO, 2010, p. 249). Por muitos anos, os habitantes residiam no entorno do rio. No entanto, a população cresceu e se expandiu promovendo o surgimento de novos bairros como Mandacaru, Jaguaribe e Róger que inclusive tiveram outras denominações.

Com a saída da população para outras áreas, o comércio também seguiu o mesmo ritmo. Farias (2010) destaca em sua obra que em meados de 1920, devido ao aumento demográfico, os pontos comerciais, que se situavam na parte Baixa, mudaram-se para a parte Alta da cidade. “Os sobrados registravam os comerciantes na parte térrea e as suas famílias no andar superior de uma forma enclausurada, mesmo em uma época de desenvolvimento onde o luxo e o requinte predominavam [...]” (FARIAS, 2010, p.158). Seguindo o mesmo raciocínio, o autor destaca,

Os afortunatos foram se deslocando para a cidade Alta face ao desenvolvimento urbano. As mudanças ocorreram nas décadas de vinte na administração do prefeito Walfredo Guedes Pereira, que modificou as áreas urbanas a exemplo da antiga Lagoa dos Irerês (irerês, pequenos marrecos), na periferia da cidade, que era um charco e foi transformado no Parque Solon de Lucena. (FARIAS, 2010, p.158).

¹ População estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2017.

² João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi governador da Paraíba entre 22 de outubro de 1928 e 26 de julho de 1930, quando o gestor foi assassinado na Confeitaria Glória, na cidade de Recife (PE) por João Dantas. A cidade recebeu o novo nome, em 4 de setembro de 1930. Antes disso, chama-se Parahyba.

Os casarões inicialmente foram instalados na Rua das Trincheiras, porém outras vias também receberam pontos comerciais, tendo em vista as vantagens ofertadas já naquela época como água encanada, saneamento básico e chafarizes, conforme relato de Farias (2010). Nos primeiros três séculos e meio, a cidade de João Pessoa cresceu à medida que se expandia por outras áreas. Em um trecho destacado por Mello (2010), a partir de uma mensagem de um dos governantes do Estado, Henrique Beaurepaire Rohan destaca que “os arruamentos nesta cidade nunca foram nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento” (ASSEMBLEIA PROVINCIAL apud MELLO, 2010, p. 253).

Já nas primeiras décadas de 1900, pode-se destacar o Parque Solon de Lucena, que antes de se tornar parque, nos anos de 1920, havia no local apenas um acúmulo de água em forma circular, principalmente no período da chegada dos colonizadores e até mesmo dos denominados ‘desbravadores’ como o índio Piragibe, João Tavares e Martim Leitão, considerados os responsáveis pela fundação da cidade. “[...] a lagoa era formada pela depressão e represamento das águas pluviais em situação geográfica, de acordo com a cartografia existente” (FARIAS, 2010, p.161). O parque era apenas um sítio com inúmeras espécies da flora. De acordo com Aguiar (1993), a Lagoa até os anos 1930 era composta por sítios e quintais. “A paisagem bucólica diferia muito da que hoje estamos acostumados a contemplar [...]” (AGUIAR, 1993, p. 267).

Em 1940 foi fundado o restaurante Cassino da Lagoa – um dos estabelecimentos antigos do Parque e que ainda permanece instalado no local. Destinado a elite pessoense, o restaurante inovou trazendo para o público ritmos musicais como blues, boleros e foxtrotes. Dez anos após (1950), houve uma mudança estrutural ao se construir uma calçada circundando o Parque, que foi mais uma intervenção urbanística. Na década anterior foi construída a Avenida Epitácio Pessoa – corredor principal que liga o Centro a praia e tal medida ganhou o nome de “marcha para o mar” – marco do início da urbanização da Capital.

Paralelo a isso, algumas ruas e avenidas começaram a ser pavimentadas pela prefeitura. Aos poucos, João Pessoa ganhou características urbanas, embora que tardiamente como a maioria das cidades, mas uma situação comum no contexto brasileiro. Como os próprios relatos históricos confirmam, o comércio da Capital paraibana se concentrava na parte baixa, mas que aos poucos se espalhou por conta da expansão urbana. É notório que na área central se concentravam os comerciantes.

Mesmo quando com o deslocamento da população em direção à praia, o Centro ainda mantinha sua importância no que se diz respeito ao comércio. Paralelo aos estabelecimentos aparecem os trabalhadores de rua (camelôs e ambulantes) com suas barracas ou bancos improvisados de diferentes tipos.

Embora os termos ambulantes e camelôs sejam utilizados como palavras sinônimas, é necessário esclarecer que cada uma tem um significado diferente. O primeiro se refere ao trabalhador que trabalha de forma autônoma, sem vínculo empregatício. “[...] ‘por conta’ própria – que estão vinculados ao circuito de venda direta e indireta, realizando atividades que, apesar de subordinadas ao mercado, ainda têm certa margem de autonomia” (ALCÂNTARA, 2013, apud, MOURA, 2014, p. 12). Enquanto que o segundo, comercializa em pontos fixos. Nesta pesquisa, adotou-se o termo comércio de rua por abranger os dois segmentos (ambulantes e camelôs) e não será usado o termo informal, pois mais à frente será comentado.

Dantas (1997) considera que o comércio de rua é resultante do processo de desenvolvimento desigual do setor, mas que associado ao capital tem um papel importante na realização da mercadoria. Em Fortaleza, local do objeto de estudo do estudioso, esse tipo de trabalho está presente existe há bastante tempo como pode ser confirmado em pinturas e na literatura. O pesquisador frisa que os ambulantes e camelôs existem no mundo desde o surgimento das cidades que é caracterizada por ter cores, cheiros, sons, fluxos e formas características.

Nesta pesquisa, optou-se por usar comércio de rua ou comerciante de rua para se referir aos dois grupos de trabalhadores de rua - camelô e ambulante. Esse é o mesmo termo usado por Moura Júnior (2010) que analisa o caso de São Luís, do Estado do Maranhão. Nas décadas de 1960 e 1970, quando o assunto da informalidade começou a ser debatido no campo dos mercados de trabalhos urbanos, considerava o problema transitório e que seria resolvido com políticas públicas já que naquela época os países passam pelo processo de industrialização.

Porém, estudos mostram que os trabalhadores de rua executavam suas funções bem antes ao processo de modernização do setor secundário da economia. “Sinteticamente, as definições da OIT³ e PREALC⁴ compreendiam a informalidade como prática ou estratégia de sobrevivência das populações excluídas, como tentativa de se inserirem no mercado laboral no terceiro mundo” (MOURA JÚNIOR, 2010, p.18).

³ Organização Internacional do Trabalho

⁴ Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe

As práticas informais, como destaca Moura Júnior (2010), a partir de pesquisa de estudiosos, também surgiram nos países desenvolvidos após crise do “Estado de bem-estar”. No entanto, esse tipo de comércio não pode estar apenas relacionado a questão da sobrevivência das pessoas, mas ligada a outros fatores que precisam ser levados em consideração porque a “[...] a informalidade nunca pode ser reduzida a uma simples estratégia de sobrevivência, pois esta se insere em processo de reestruturação do capitalismo como flexibilização, terceirização, crise da sociedade salarial” (MOURA JÚNIOR, 2010, p. 19).

Tratar a informalidade na perspectiva apenas da sobrevivência impede que o trabalho de rua seja visto de forma diversificada e com suas especificidades como frisa Moura Júnior (2010), que assim ainda discute que,

[...] partir da concepção de informalidade igual à estratégia de sobrevivência obscurece a visualização de que informalidade não é apenas uma estratégia de se reproduzir no mundo laboral, mas pode também ser; renda complementar, estratégia de flexibilização e precarização, desmanche da sociedade salarial, economia étnica, etc (MOURA JÚNIOR, 2010, p. 20).

Portanto, tomar o termo sob um único conceito, tornando-o homogêneo, impossibilita o entendimento de que existem diversas formas do informal se expressar. Souza (1984) caracteriza o comércio de rua como uma atividade (re) criada pelo capital. Nesse sentido, ressalta que o capital “ora recria, ora estimula a reprodução de trabalhos não assalariados” (SOUZA apud DANTAS 1997, p.194).

Enquanto Soto (apud DANTAS, 1997) faz uma crítica sobre essa atividade econômica. “No caso do comércio ambulante, as pessoas começaram a invadir a rua pública [...] para nela dispor e realizar operações comerciais sem ter licença, nota fiscal, nem pagar impostos, ainda que em alguns casos tenham sido favorecidas por algum regime de exceção legal que [...] proporciona a tolerância municipal” (SOTO apud Dantas 1997, p.189). O homem se adéqua ao meio em que vive para atender às suas necessidades. Por conta disso, as paisagens passam por constantes modificações. Sobre isso, Corrêa (2011) explica que,

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é resultado da ‘mão invisível do mercado’, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p. 43).

O Centro e as novas áreas centrais são exemplos de processos resultantes da ação humana com interesses próprios, pois o comércio nesses locais, principalmente no primeiro é considerado desenvolvido e estimulante devido ao fluxo populacional. No entanto, Dantas (1997) ressalta que os Centros das cidades perdem a hegemonia em virtude do aparecimento de novas áreas comerciais que tem por objetivo atender a públicos específicos.

Habitantes de bairros periféricos recorrem ao Centro – que se refere a área de importância para o setor econômico da cidade – quando precisam adquirir mercadorias com preços mais baixos se comparado aos valores impostos nas áreas onde residem. No caso de João Pessoa, o deslocamento da população passa a ser facilitado em parte pela concentração de transportes públicos dos bairros em direção ao mesmo destino como o Parque da Lagoa Sólon de Lucena, a Avenida Guedes Pereira e Avenida Beaurepaire Rohan onde há diversos estabelecimentos comerciais.

Entre os séculos XV e XVIII, segundo estudos de Dantas (1997, p. 187), o comércio de rua na Europa “desenvolve [...] enquanto estorvo do desenvolvimento social e econômico fadado ao fim”. Porém, a tese foi refutada, pois no século XIX os trabalhadores de rua podiam ser vistos em Moscou e Nápoles. Dantas (1997) recorre a literatura brasileira como O Cortiço, de Aluísio de Azevedo, para exemplificar a existência do comércio nas ruas do Rio de Janeiro em 1890. Em Fortaleza, a presença é notada em 1870.

Enquanto atualmente na capital paraibana, a paisagem da atividade de rua compõe o cenário do cotidiano urbano. O fluxo de pessoas no dia a dia e a exploração da mercadoria demonstram como o capital rege os interesses sociais. Se por um lado há uma dependência de retorno financeiro por parte do trabalhador de rua, por outro existe uma sociedade em busca de consumo. Em algumas situações, o cliente não almeja a compra, mas dependendo da circunstância, acaba comprado somente porque lhe chamou a atenção.

Em João Pessoa, na área central é possível encontrar uma variedade de produtos sendo comercializados desde alimentos até eletroeletrônicos. Tais mercadorias variaram conforme as necessidades do público. Da mesma forma são as transformações do espaço que ocorrem com a finalidade de atender as necessidades dos seres humanos de uma determinada área.

Por ser o agente ativo das mudanças, principalmente estruturais, do ambiente em que vive, o homem molda, organiza, conforme seus interesses. Segundo Corrêa (2000), as relações entre homem e natureza formam o trabalho social. “A sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e produzir, para ela própria se repetir. Para isto, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra” (CORRÊA, 2000, p.31). Geralmente as transformações não ocorrem aleatoriamente, portanto, possuem um significado para cada alteração do espaço.

A economia e o espaço estão integrados, assim como o político-institucional e o cultural-ideológico, ou seja, a essência do espaço é social, segundo Santos (1985). “Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (SANTOS, 1985, p.1). Ao observar isso, nota-se que o espaço analisado agrega tudo, o físico e o material, ou seja, as realizações humanas.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento, as formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p.10).

Santos (1985) considera como elementos do espaço os homens, detentores da força de trabalho (ativo ou inativo); as firmas responsáveis por ter os bens da produção; as instituições responsáveis por criar normas; o meio ecológico que inclui os complexos territoriais e a infraestrutura que é o trabalho materializado. A partir disso, pode-se entender que o cidadão pode ocupar dentre os elementos do espaço a função de firma (que é aquele que tem o bem) ou ainda instituição que pode elaborar regras de convivência no meio.

Portanto, entende-se que tais elementos estão relacionados uns com os outros. Não sendo apenas uma relação bilateral, mas generalizada, como destaca Santos (idem). A isso denominou de sistema que é “comandado pelo modo de produção dominante nas suas manifestações à escala do espaço em questão” (SANTOS, 1985, p.14).

Para a análise de um determinado fenômeno é necessário mensurar a escala espacial e temporal usada na pesquisa. Com isso também será possível, no caso do assunto em questão, entender como funciona a produção da atividade comercial de rua no espaço escolhido. Neste estudo se fez necessário analisar a área central de João Pessoa e sua importância econômica, mas também mostrando que existem novas centralidades do setor comercial e de serviços que tem ganhado destaque no município.

2. O Centro da cidade e as novas centralidades urbanas

Diante da própria formação da cidade de João Pessoa, a área central carrega uma importância não apenas comercial, mas também histórica. Tanto na parte baixa quanto na alta da cidade de João Pessoa ainda se mantém diversos traços de diversos estilos arquitetônicos, das quais compreendem as igrejas seculares, mosteiros e casarios coloniais. Todos esses, incluindo algumas praças e ruas, são tombados pelos Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Para realizar qualquer modificação urbanística é necessária a autorização do Instituto.

Nessas áreas protegidas pouco se observa a atividade de rua com exceção em períodos festivos como o Carnaval, quando alguns blocos carnavalescos desfilam pelas imediações, ou durante a festa de fundação da cidade, que ocorre entre o fim do mês de julho e início de agosto. A liberação de alguns trechos só acontece mediante um cadastro com número limitável de pessoas que podem trabalhar no local. É comum na parte histórica, a atividade turística, principalmente onde há uma maior concentração de igrejas. Em algumas ruas, perto dos casarios, por exemplo, há diversos estabelecimentos comerciais localizados em ruas como Duque de Caxias, General Osório, Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro. Quando ocorre um processo de revitalização de alguns espaços, as áreas se tornam mais visadas por todos, principalmente aqueles com fins econômicos. Exemplificando isso é a revitalização do Parque da Lagoa Sólon de Lucena. Embora tenham suas falhas do ponto de vista do projeto urbanístico, a mudança paisagística aumentou o interesse do setor formal.

Para Alves (2010), o Centro mantém uma referência histórica, mas não exige a permanência das pessoas como acontece em alguns espaços públicos. “O centro contém uma centralidade urbana que pode sempre reunir mais objetos e atos e situações e novos objetos, novos atos, novas situações” (ALVES, 2010, p. 31-32). É o que acontece quando o local se torna palco para diversas ações (movimentos culturais, protestos), pois no Centro se concentra os três poderes que regem um Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário). Além disso, a área central ainda

É o local em que as relações se renovam constantemente, permitindo, ao mesmo tempo, a existência pela duração da ação, pela mudança mais lenta de suas formas, e da instabilidade, pela multiplicidade de atividades, pessoas, permissões, proibições e transgressões que se realizam na pluralidade das relações existentes (ALVES, 2010, p. 32).

Na área central há uma multiplicidade de ações e relações no cotidiano. Durante o dia, a movimentação é intensa por conta da circulação de pessoas, de veículos, pois acaba sendo o destino ou apenas a passagem de muitas pessoas. “É o lugar que reúne, integrando os fluxos vindos das mais diversas áreas da própria cidade, e até mesmo de outros mercados regionais e internacionais” (ALVES, 2010, p. 32). Com isso, Alves (2010) destaca que no passado a movimentação no Centro se resumia a circulação de bens e hoje passa a ser de informação, de capitais e da mercadoria materializada.

Observando o Centro de João Pessoa, percebe-se que há três shoppings da iniciativa privada (Tambiá, Cidade e Lagoa), além de quatro criados pelas gestões municipais (1999, 2003, 2006 e 2010) para os comerciantes de rua, supermercados da rede nacional (Bompreço, Hiperbompreço), lojas de departamentos nacionais (Marisa, C&A, Magazine Luiza, Ricardo Eletro, Americanas), regionais (Casa Pio, Armazém Paraíba), entre outros que compõem a estrutura comercial da cidade. Para os moradores dos bairros vizinhos, a área central é onde é possível adquirir o produto de interesse. Vale salientar que a procura é por qualquer habitante da Capital e de quem reside nos municípios circunvizinhos.

Hoje, em uma cidade de médio porte como João Pessoa, é possível encontrar novas centralidades. Alves (2010) explica que o Centro principal de uma cidade tinha por objetivo reunir as diferenças de interesse para assim dar lugar às possibilidades. Porém, no novo contexto social, a ideia é reunir nas centralidades as igualdades de desejo. São exemplos dessas situações, as avenidas Epitácio Pessoa e Governador Flávio Ribeiro Coutinho (Retão de Manaíra) que abriga os mais diversos estabelecimentos comerciais e de serviços. O público a que se destina suas mercadorias, geralmente é o da classe média a alta. Já a Avenida Josefa Taveira (Mangabeira) é uma centralidade que conta com a maior parcela de estabelecimentos e serviços de caráter popular.

Para entender a área central de João Pessoa, faz-se necessário analisar a paisagem de dois trechos analisados nesta pesquisa que compreendem os shoppings populares e o entorno deles, CCP e CCSV. Santos (2006) faz distinção entre os conceitos de paisagem e de espaço, pois o primeiro vai além da questão territorial. Inclui ainda os elementos naturais, artificiais, concretos e abstratos. Todos são resultados de uma herança e das relações humanas.

[...] a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico (SANTOS, 2006, p.66).

Explica-se com isso que a paisagem é resultado de vários momentos históricos que refletem na presente conjuntura, acompanhando as atuais necessidades da sociedade. Considera ainda que é resultado acumulativo das adaptações ocorridas nos diversos níveis e direções. Para Santos (1985), só se pode compreender a organização do espaço se tomar por base a evolução do local diante da “interpretação do processo dialético” das formas, estruturas e funções (SANTOS, 1985, p. 50). Não se pode analisar aquele cenário desprezando as contribuições adquiridas durante anos. Concordando com isso, Carlos (2008) ressalta que a produção do espaço deve se sobrepôr as aparências, pois incluiria os elementos da discussão urbana. “A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, que permite-nos vislumbrar para discussão da evolução da produção espacial, remete-nos ao modo pelo qual foi produzida” (CARLOS, 2008, p. 43). Analisar o termo em questão permite entender como a paisagem se reproduz por meio das relações sociais existentes.

A depender do horário e do dia, a paisagem onde estão situados os shoppings populares sofre variações. “[...] a observação de uma determinada paisagem vai mostrar um determinado momento do cotidiano da vida das pessoas que moram, trabalham e se locomove num determinado lugar” (CARLOS, 2008, p. 49). Pode-se dizer que isso acontece na área do objeto de estudo da pesquisa.

Durante o dia, das 8h às 17h, o Centro mantém um fluxo intenso de pessoas passeando, trabalhando ou com destino ao local de trabalho. Na área externa do CCP, os comerciantes de rua instalam diariamente nas calçadas mesas ou bancos improvisados de madeira a fim de deixar à mostra as mercadorias. Alguns dos trabalhadores optam pelo uso de telas – algo similar a uma grade de ferro – para expor bolsas, óculos de Sol ou roupas, tudo isso encostado nas paredes. Sendo assim, acabam tendo mais espaço do que os demais, pois ficam localizados no lado oposto. Hoje ainda não é possível encontrar um padrão os instrumentos usados para exhibir as mercadorias para a clientela. A distância entre um e outro é quase que mínima.

Já nas imediações do CCSV, o cenário já é um pouco diferenciado. Apesar de estar próximo aos terminais Rodoviário e de Integração, a quantidade de comerciantes de rua é menor se comparado com a área do CCP, mas mantém as características estruturais do anterior. Além disso, a maior representatividade do local ainda é o transporte alternativo. À noite, o comércio ambulante ganha outra característica. Os carrinhos de churrascos e de cervejas passam a ocupar as calçadas laterais do Terminal de Integração. Com isso, a paisagem ganha ressignificações. Pode-se dizer móvel, que se adequa a determinado horário do dia como se fosse um ciclo. Portanto, o cenário varia, pois inclui, como já citado, os diversos elementos naturais, artificiais e culturais. Os seres humanos são os principais autores por tais mudanças.

Para a pesquisa, embora Santos (1985) destaque que “o espaço deve ser considerado como uma totalidade”, tomou-se por base a análise de uma parte dele, uma vez que o pesquisador ressalta a divisão do espaço seguindo alguns critérios para isso. A isso chamou de “elementos do espaço” (SANTOS, 1985, p.5). Além disso, Santos (2006) considera o espaço como conjunto de mercadorias ao qual se atribui valor individual dado pela sociedade em um determinado momento.

De acordo com Carlos (2007), o espaço-tempo é o momento atual, mas o mesmo termo pode servir para representar no âmbito mundial as relações humanas em larga escala. “[...] o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo” (CARLOS, 2007, p.11). Isso pode ser demonstrado o longo das mudanças paisagísticas das áreas centrais das cidades, tendo como exemplo, João Pessoa que sofre com as alterações promovidas pelos humanos.

Como já discutido, os centros carregam a história de fundação, principalmente quando mantém casarios e demais patrimônios desde os primórdios daquele local. Embora hoje, o Centro pode ser mais do que uma localização geográfica, mas como representação comercial está descentralizada em diversas partes, pois a estrutura logística avançou e ganhou novos espaços. A cidade cresceu. Tanto as áreas periféricas quanto o polo turístico necessitaram da presença do setor terciário da economia. Com isso, o comércio de rua também ganhou espaço. Na orla marítima de João Pessoa, a presença de trabalhadores de rua, em especial, no veraneio, é notada com frequência, pois o fluxo de turistas cresce no período. Isso é a reprodução do espaço, conforme Carlos (2011),

[...] o espaço-mercadoria se propõe para a sociedade como valor de troca, destituído de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social (CARLOS, 2011, p.61).

Esse valor de troca ganha dimensão como pode ser observado nos processos de revitalização urbana ou mesmo pelas exigências do desenvolvimento do turismo. Um exemplo disso é a Feirinha de Tambaú, que segundo Coutinho e Vidal (1998), teve início com o aumento da população passeando pela área, principalmente nos fins de semana e durante as férias. “O fluxo de pessoas naturalmente atraiu os pequenos comerciantes de comidas típicas e produtos artesanais. A área gradativamente passou a concentrar pessoas e o comércio informal [...]” (COUTINHO; VITAL, 1998, p. 120).

Um trecho onde havia uma concentração de trabalhadores de rua foi revitalizado e requalificado pelo poder público. No início houve repressão e ação da polícia. Porém, a mudança, conforme Coutinho e Vital (1998), não foi imposta verticalmente, pois ocorreram rodadas de diálogos com os comerciantes de rua, proprietários de estabelecimentos e até mesmo com representantes da igreja, visto que, nas proximidades havia uma igreja católica que funcionava diariamente. No entanto, cada setor tinha suas bandeiras de lutas a fim de resolver as pendências onde hoje funciona a feirinha de Tambaú. Segundo Moura Júnior (2010), “[...] a categoria comércio de rua significa na prática socioeconômica baseada na fundamentação de redes de relações sociais em ruas, praças e avenidas” (2010, p. 24).

Se em Tambaú, os comerciantes de rua tiveram uma alteração paisagística na área onde mantinham suas barracas, na região central, os trabalhadores continuam nas calçadas mesmo com a presença de shoppings populares. Para entender o funcionamento desse tipo de atividade é necessário buscar as origens do comércio informal no Centro da capital paraibana.

3. As origens do comércio de rua na cidade de João Pessoa

O comércio de rua na cidade de João Pessoa existe há vários séculos se levado em consideração os vendedores de água, as quitandeiras e o entorno dos mercados públicos. Em uma fotografia do Antigo Mercado do Montenegro, que fica localizado no cruzamento da Rua da República com a Avenida Beaurepaire Rohan, na área central, foi um dos únicos registros antigos encontrados nesta pesquisa sobre a presença dos trabalhadores em 1920. Na figura 1, é possível observar uma das barracas daquele período apenas com uma cobertura e do lado moradores e interessados em compras.

Figura 1: Ambulantes ao lado do Mercado do Montenegro (1920).



Fonte: Arquivo Histórico do Espaço Cultural (julho, 2018).

Durante levantamentos históricos em jornais para esta pesquisa, constatou-se narrativas sobre o comércio de rua que modificava paisagem urbana da capital da Paraíba. O Jornal A União, mais antigo em circulação na Paraíba e da administração estatal, trouxe em algumas edições diárias, a abordagem desse assunto. No entanto, apenas na concepção negativa a respeito dos ambulantes e camelôs que se instalaram nas calçadas.

Ao focar a atuação do comércio de rua, o periódico intitulava de “A Cidade e as Barracas” e de “João Pessoa e suas paisagens” (A UNIÃO, 1949/1950). A partir disso, as reportagens narravam características da organização socioespacial do grupo analisado nesta pesquisa. Em 1949, um dos relatos é de um cronista colaborador do jornal, Augusto Martins, que é carioca, mas veio visitar a capital paraibana. Embora tenha gostado do aspecto cultural, os tabuleiros para designar as barracas lhe desagradou. “[...] João Pessoa está ficando feia com o abuso dessas tendas que enchem as nossas ruas, quebrando a estética, concorrendo para que desapareça a beleza do seu aspecto urbanístico” (A UNIÃO, 24/04/1949, p. 3).

Ora, a crítica no impresso denota a beleza da cidade apenas no aspecto visual da paisagem, deixando de observar a perspectiva econômica e social ao qual estão inseridos a população. Ao expressivo número de barracas, o jornal criticava. “Uma barraca somente não faria mal nenhum, entretanto, o que se nota é a invasão de inúmeras delas em cada esquina, fazendo do passeio público uma feira de matutos” (A UNIÃO, 24/04/1949, p.3). Essa negatividade no âmbito do comércio de rua até hoje é estimulada pelos meios de comunicação de massa (a partir de diversos comunicadores), sociedade (parcela da população) e poderes públicos (governantes).

Com o argumento de que os trabalhadores de rua ocupam as calçadas da cidade, dificultando a mobilidade urbana, os meios de comunicação retratam fielmente o discurso propagado desde o final da década de 1940 quando esse tipo de comércio começou a ser considerado um problema urbano, que para os gestores públicos é uma situação de difícil enfrentamento. No entanto, a presença dos trabalhadores é algo comum das grandes cidades brasileiras, principalmente nos locais onde há uma concentração dos meios de produção e das pessoas. “A cidade [...] é o lugar da divisão econômica do trabalho [...], é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade [...]” (CARLOS, 2008, p.83). Ao se reproduzir no espaço, a sociedade aponta especificidades para cada local. Sendo assim, não podemos analisar a cidade no aspecto homogêneo, mas entendê-la de forma heterogênea. Conforme Carlos (2011),

[...] a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo (CARLOS, 2011, p. 53).

Dessa forma, a sociedade é parte do processo de transformação e apropriação do meio em que vive. Sendo assim, o espaço urbano é recriado conforme as necessidades humanas. A autora acima considera a cidade mais do que uma concentração populacional, de serviços e infraestrutura, transcende ao uso econômico. A cidade, em especial o Centro, é palco de movimentos reivindicatórios e de conflitos como pode ser visto com o comércio de rua que será mais abordado a frente.

Antigamente, o Centro era considerado o cartão postal de uma cidade, por conta da sua importância histórica – aquele que marca o início da fundação de um município. Embora isso ainda permaneça em alguns locais, o Centro também tem sua importância econômica devido ao fato de contar com inúmeros serviços e concentração de pontos comerciais. “Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade” (PESAVENTO, 2008, p.4). A identidade da construção urbana pode ser observada nas paisagens e seus componentes (monumentos, por exemplo) que se entrelaçam facilmente com o meio natural. Eis o que destaca,

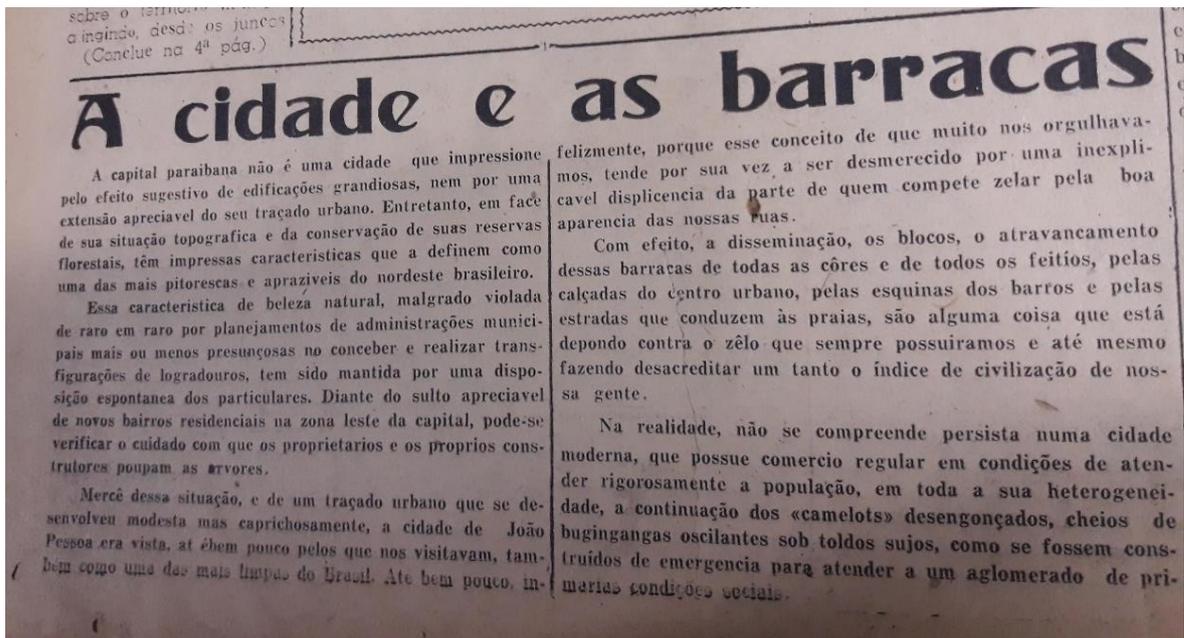
Neste sentido, cidades à beira do mar, de um rio ou de um lago jogam com o elemento natural a integrar-se com a cultura, compondo imagens dotadas de valor simbólico de forte apelo. Conhecemos de sobra centros urbanos, corações da urbe que atraem pelo seu valor de paisagem. É ainda o cenário urbano de um centro, agitado e densamente povoado e edificado, o traço emblemático que melhor define o fenômeno urbano (PESAVENTO, 2008, p.4).

Os centros urbanos das metrópoles se caracterizam por fatores econômicos, ou seja, estão ligados a atividades comerciais, financeiras e de serviços. Ainda conforme Pesavento (2008), o Centro de uma cidade é “o ponto de partida nodal e uma aglomeração urbana” (PESAVENTO, 2008, p.4) e esse passou a ser o marco zero de origem de um determinado local. A cada transformação sofrida pelo espaço há uma perda das características naturais. Para Santos (1988, p. 16), “o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens”.

Em janeiro de 1950, o Jornal A União publicou uma reportagem sobre o comércio de rua. No início narrou características da capital paraibana como a estrutura topográfica a manutenção das reservas florestais que impressionavam os turistas, tornando assim uma das cidades mais pitorescas do Nordeste.

Em contraposição a isso, o periódico apontava que a titulação seria perdida em virtude das alterações do urbano. “[...] esse conceito de que muito nos orgulhamos, tende por sua vez ser desmerecido por uma inexplicável displicência da parte de quem compete zelar pela boa aparência das nossas ruas” (A UNIÃO, 24/01/1950). Pouco a frente, o jornal relata os formatos das estruturas que serviam de suporte para os produtos a venda. O quarto⁵ parágrafo da figura 2 destaca que,

Figura 2: Reportagem sobre a presença de ambulantes em João Pessoa



Fonte: Jornal A União (24/01/1950/Arquivo Histórico do Espaço Cultural)

Ao comércio, denominado pelo veículo de comunicação impresso de “camelots”, considerou-se desestruturado e sujos, remetendo-os a um aglomerado em condições sociais primárias. Três dias após essa publicação, o jornal trouxe novamente o assunto, mas desta feita com fotografias do comércio de rua. É possível observar na figura 3 que as estruturas físicas que permitiam a exposição das mercadorias eram incipientes. Nessa reportagem, o foco estava em uma determinação do governo municipal para saída dos “tabuleiros de bugigangas” e das barracas em um período de 90 dias das calçadas.

⁵ “Com efeito, a disseminação, os blocos, o atravancamento dessas barracas de todas as cores e de todos os feitios, pelas calçadas do centro urbano, pelas esquinas dos barros e pelas estradas que conduzem às praias, são alguma coisa que está depondo contra o zelo que possuíamos e até mesmo fazendo desacreditar um tanto o índice de civilização da nossa gente” (A UNIÃO, 24/01/1950).

Havia um pedido da direção da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), que fica localizada na esquina das avenidas Guedes Pereira com Beaurepaire Rohan, para que a Prefeitura se manifestasse sobre os trabalhadores. “Essa providência terá vindo em tempo de impedir que fosse aumentado o número de ‘tendas’, que além de imprimirem um aspecto mau ao panorama das nossas ruas, resultavam num estorvo para o trânsito de pedestres” (A União, 27/01/1950, p. 4). No discurso apresentado jornalisticamente, na figura 3, já havia o receio de que o número de barracas⁶ crescesse assustadoramente caso providências não fossem tomadas. Porém, passados os noventa dias não houve registros no jornal sobre a possível retirada dos comerciantes de rua no trecho questionado na publicação jornalística.

Figura 3: Comércio informal em 1950 na cidade de João Pessoa



Fonte: Jornal A União (27/01/1950)/ Arquivo Histórico do Espaço Cultural

⁶ Na legenda da figura 3 foi escrito: “Dois aspectos das ‘tendas’, colhidos ontem à tarde, pela reportagem fotográfica desta folha. No clichê de cima vemos um ‘tabelião’, com tolda de pano de saco e no plano inferior uma fila de três outros ‘estabelecimentos’. Observe-se que além dos ‘tabeliões’, há caixões esparsos. Dispensa comentários” (A UNIÃO, 27/01/1950).

Em 1950, a preocupação quanto ao trânsito que poderia ser comprometido com a atividade estava distante de acontecer se observar o que hoje existe na área central de João Pessoa. Nessa reportagem, nota-se um discurso discriminatório diante início do aparecimento das barracas. “Com efeito, esses pontos ‘móveis’ de comércio de quinquilharias estavam em franco desenvolvimento na cidade de João Pessoa” (A UNIÃO, 27/01/1950). Consta que o comércio teria iniciado na Avenida Beaurepaire Rohan, nas calçadas do prédio da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), mas que aos poucos se estenderam ao longo da Avenida Guedes Pereira, que cruza a via anterior, até atingir as imediações do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase) que na época estava em construção. No entanto, a própria história mostra que o comércio de rua apareceu desde o início do século.

Chama-nos a atenção o discurso de repúdio propagado pelo grupo jornalístico quanto a presença das barracas na área central de João Pessoa. Contudo, vale ressaltar que o Jornal pesquisado, como informado no início, pertence ao Estado. Nesse período a administração estadual estava nas mãos de Osvaldo Trigueiro, integrante do partido UDN grande opositor do PSD ao qual integrava o prefeito da capital paraibana naquela época, Osvaldo Pessoa. Sendo assim, fica claro a intenção do material escrito. Embora inexista um distanciamento quando se trata do fator político. Fica nítido em algumas expressões textuais a condenação quanto ao tipo de comércio em vigência como “[...] o alastramento de barracas por toda esta cidade de João Pessoa é ainda um fenômeno acidental. Devemos reagir para que não se torne um fato normal” (A União, 31/01/1950, p.3).

Após 45 anos dessa publicação, analisando a presença dos trabalhadores de rua em outro veículo impresso de comunicação, Jornal Correio da Paraíba, traz uma reportagem sobre o panorama quanto a questão urbana. No caso abaixo, a retirada ocorre daqueles que ocupavam as calçadas na Avenida Beaurepaire Rohan. Observa-se na fotografia o crescimento estrutural de João Pessoa e com isso também o comércio de rua, pois o meio é suscetível a mudanças. Para Carlos (2008), “o espaço urbano (re) produz como produto e condição geral do processo produtivo” (CARLOS, 2008, p.97), e ainda destaca que [...] a cidade é antes de mais nada uma concentração de pessoas exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, que enreda uma disputa de usos (idem, p. 50).

O Centro de João Pessoa é um exemplo das transformações. Os relatos históricos mostram que nos três primeiros séculos, a região se caracterizava por inúmeras residências. Logo após o número de estabelecimentos comerciais aumentou, mas também cresceu a insatisfação quanto a presença dos trabalhadores de rua. Anteriormente foi mostrado a insatisfação da direção da ECT de ter o comércio de rua no entorno do prédio sede da empresa. Houve uma cobrança para que a gestão municipal tomasse providências. Abaixo mostra os impactos da saída dos trabalhadores de uma via do Centro.

Como aponta o texto abaixo, a avenida ficava fechada por conta do exercício da atividade comercial de rua. Após a retirada das barracas (figura 4) a via ficou livre para a circulação de veículos⁷. O projeto denominado de “Quadrilátero” visava “desafogar” a área para o fluxo de veículo, “embeleza”, “ordenar” e “revitalizar” o Centro. Termos linguísticos comuns para tratar sobre a questão do comércio de rua. Outro ponto ressaltado é a questão da pacificidade dos comerciantes em sair da rua. Essa ação de destaque ocorreu em janeiro de 1995. O prefeito da Capital, naquela época, Francisco Xavier Monteiro da Franca (Chico Franca) foi um dos primeiros a tomar medidas para retirar os vendedores dessa rua.

Figura 4: Prefeitura retira camelôs de avenida da área central de João Pessoa.



Fonte: Jornal Correio da Paraíba (03/01/1995)

⁷ Esta é a Avenida Beaurepaire Rohan após a retirada dos comerciantes de rua em janeiro de 1995 conforme publicação do Jornal Correio da Paraíba.

Com a saída dos trabalhadores de rua no trecho interditado na área central, a perspectiva dos proprietários das lojas era o aumento dos benefícios econômicos como mostra a figura abaixo (Figura 5). Segundo Carlos (2008), “a reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital” (CARLOS, 2008, p. 83). No caso da publicação jornalística, tal mudança na paisagem urbana aparentemente apontava para um indicativo positivo no ramo financeiro dos empresários daquela área, o que demonstra que as alterações no espaço poderiam influenciar em outros setores. Porém, não necessariamente positivamente.

Figura 5: Após saída dos camelôs, donos de lojas esperam aumento de vendas



Fonte: Jornal Correio da Paraíba (08/01/1995)

Nota-se, na fotografia (figura 5) que compõe a reportagem, que as barracas possuíam estrutura físicas desarmônicas e próximas umas das outras. Com a ocupação das calçadas, os pedestres tinham que circular pela via principal. No entanto, nesse período, a Beaurepaire Rohan ficava fechada para o fluxo de veículos. Diferentemente do que ocorria no passado, hoje a existência do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, dá prioridade ao transeunte. O artigo 68 assegura ao pedestre que,

A utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres (CTB, 2014, p. 46).

Na prática, as calçadas, principalmente na área central de João Pessoa, têm sido utilizadas para outros fins: comércio informal e por proprietários de lojas que instalam suas mercadorias na entrada dos estabelecimentos. Por conta disso, o pedestre é obrigado a caminhar pela via dos veículos, a mercê do risco de acidentes de trânsito devido ao descumprimento da garantia de uso do espaço. Entre a década de 50 e 80 do século XX, a forma de expressão dessa atividade já era considerada um problema urbano, embora o contexto se diferenciasse dos dias de hoje.

Poucos dias após a retirada dos comerciantes da B. Rohan, em janeiro de 1995, o mesmo assunto volta a ser destaque na imprensa (Figura 6). Donos de lojas fixas instalados nas ruas Irineu Pinto, Desembargador Feitosa Ventura e Silva Jardim, que ficam nas imediações da Beaurepaire Rohan ameaçaram pedir ao Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) intervenção na Prefeitura. O motivo estaria ligado a desobediência do órgão no cumprimento de liminar da 1ª Vara da Fazenda Pública que impedia a realocação dos barraqueiros para as vias onde há estabelecimentos comerciais em um prazo de 48 horas. No entanto, os comerciantes de rua informaram que a atitude de os colocarem nas vias partiu da gestão municipal. Por outro lado, a Prefeitura informou que a decisão foi tomada pelos próprios trabalhadores. Cinco dias depois, o grupo permanecia nas ruas e a gestão podia sofrer intervenção.

Figura 6: Prefeitura ameaçada de intervenção. Cenário das barracas.



Fonte: Jornal Correio da Paraíba (19/01/1995)

Figura 7: Prefeitura descumpre decisão e camelô continua na rua



Fonte: Jornal Correio da Paraíba (19/01/1995)

O cenário tenderia a mudar com uma proposta da construção de um shopping para os comerciantes de rua. A primeira ideia surgiu em 1995 e que ficaria pronto em seis meses, mas na prática o primeiro centro popular implantado só ocorreu em 1999, na gestão governamental de Cícero Lucena (Figura 8). O prédio traria padronização e organização do ponto de vista estrutural. Nessa época, a reportagem do Jornal Correio da Paraíba trouxe que o Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Feirantes da Capital estimava que existia na cidade aproximadamente 11.300 trabalhadores de rua. O que se observa é que tal medida serviria para ordenar a cidade, não apenas acabar com a clandestinidade como aponta o texto, pois o termo vai além do trabalho na rua. Pois vale lembrar que “[...] a categoria comércio de rua significa prática socioeconômica baseada na fundamentação de redes de relações sociais, praças e avenidas” (MOURA JÚNIOR, 2010, p. 24).

Figura 8: Insatisfação dos ambulantes com a Prefeitura.



Fonte: Jornal Correio da Paraíba (15/03/1995)

Passados quatro anos, somente em 1999, o primeiro shopping popular saiu do papel e ganhou forma com o nome de Terceirão, pois fica em cima do Viaduto Dorgival Terceiro Neto (ex político e advogado). O espaço, que fica há 200 metros do Parque Sólton de Lucena, conta com 275 boxes ou condôminos. O segundo construído, o Quatro Quatrocentos (4x400), foi inaugurado em agosto de 2003, que fica localizado próximo as ruas apontadas no levantamento histórico desta pesquisa de onde se iniciou o processo de ocupação dos trabalhadores de rua nas calçadas da cidade. Nele a quantidade de pessoas atendidas foi maior do que o anterior, 548 comerciantes. Três anos após (2006) a cidade ganhou um terceiro espaço, o Centro Comercial de Passagem (CCP), situado na frente do Parque da Lagoa Sólton de Lucena, com 297 boxes.

O último construído, em 2010, foi o Centro de Comércio e Serviços do Varadouro (CCSV), funciona ao lado do Terminal de Integração do Varadouro e Terminal Rodoviário Severino Camelo e tem o maior número de beneficiários, 601. Porém, o menos interessado pelos comerciantes devido ao pouco fluxo da clientela. Mesmo com essa quantidade de shoppings populares em João Pessoa se percebe que o número de pessoas trabalhando nas ruas aumenta a cada dia. Fatores sociais e econômicos reforçam o surgimento do problema urbano como a ocupação da calçada e o descumprimento do Código de Posturas do Município, mas também o reflexo da situação econômica do País. Uma alternativa para os trabalhadores é recorrer ao trabalho informal para a sobrevivência. E por conta disso é necessário entender até que ponto o que significa informalidade e o que é legalidade.

3.1 (In)formalidade e (i)legalidade no comércio de rua

A escolha por comércio de rua ao invés mais termos estereótipos para denominar a categoria leva em consideração a explicação da informalidade versus formalidade e legalidade versus ilegalidade. O uso do prefixo ‘i’ antecedendo os radicais das duas palavras soa negatividade. Porém é necessário entender a conceituação de cada uma. No caso do objeto em questão, os comerciantes de rua, como classificá-los de informais se a categoria tem representação de sindicato e associação?. “Desse modo como falar de informalidade se existem instituições regulamentadas? Não seria mais viável falar em processo de construção e consolidação de novos setores socioeconômicos?” (MOURA JÚNIOR, 2010, p.23).

Mas, e a legalidade dos produtos? De certa forma, os clientes não sofrem coação na aquisição da mercadoria. No entanto, nem todo produto vendido no mercado de rua é fruto da irregularidade.

[...] está contextualizado em uma zona liminar entre a ilegalidade e a legalidade, pois coloca em circulação produtos socialmente lícitos (não há constrangimentos morais na compra), que, entretanto, são definidos pelo Estado como ilegais por estarem fora das regulamentações e das fiscalizações institucionais (alvarás de instalação, ‘recolhimento de impostos’ etc) (MOURA JÚNIOR, 2010, p. 25).

Nas ruas, percebe-se que a maior parte dos produtos comercializados é de equipamentos eletroeletrônicos importados de fora do País, seguidamente de vestuários, acessórios, brinquedos e alimentos. Uma infinidade de mercadorias que muitas vezes se adéqua as festividades do ano e da cidade. Um exemplo disso, a Copa do Mundo, que embora a seleção descrente por alguns brasileiros, o comércio de forma geral adotou a venda dos produtos que simbolizavam os tons verde e amarelo do País. “[...] o comércio de rua pode ser definido como manancial de experiências e formas organizacionais que ancoram no cotidiano presente, mas também que apontam para uma economia urbana mais democrática [...]” (MOURA JÚNIOR, 2010, p. 71).

De certa forma, os trabalhadores de rua de João Pessoa não se agrupariam na denominação apenas de camelôs ou ambulantes nesta pesquisa já que se analisa a situação dos dois tipos de comerciantes. Por vez, desde 1946 há um sindicato ativo da categoria na Capital paraibana, dito como o primeiro inaugurado no Brasil.

O presidente do Sindambulantes-PB, Juarez Marques, explicou que a instituição considera “ambulante” aquele que exerce a atividade de comércio e serviços informais como exemplo mecânico, eletricista, manicure, cabeleireiro e hoje microempreendedores. Nessa entrevista, a qual ocorreu, em um dos quiosques do Parque da Lagoa Sólon de Lucena⁸, no Centro, destacou que “quando o profissional que esteja de forma autônoma, não tem o registro de CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) como área comercial, ele é representado pelo nosso sindicato a nível municipal, estadual e nacional” (Juarez Marques, 23/07/2018). No último levantamento do Sindicato, em março de 2018, haviam 248.620 comerciantes autônomos na Paraíba. Desses, 14.720 estavam filiados e poderiam ter como benefícios assistência jurídica e contábil, além de facilidades no financiamento de imóvel e veículo, e redução na compra da mercadoria.

Considerado o primogênito das representações de trabalhadores do Brasil, o Sindambulantes-PB, segundo o presidente Juarez Marques, surgiu da proposta de um grupo de pescadores que coletavam e vendiam o peixe na Ponte do Baralho – ponte que liga a cidade de João Pessoa a Bayeux. Devido ao aumento da demanda da compra do produto, os pescadores sentiram a necessidade de expandir a produção, mas para isso precisavam se deslocar para outras áreas como o Mercado Central que nesse período funcionava nas proximidades onde hoje é o Lagoa Shopping e prédio do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). “O comércio da pesca estava sendo tão bom que teria que ter algo que os registrassem e que pudessem trabalhar em forma de cooperativas – pesca e venda – e que o poder público não impedisse” (Juarez Marques, 23/07/2018).

A consolidação ocorreu (em 1946) em virtude da situação do País que exigia formalização do ponto de vista de sindicatos, mas a carta sindical que representa o registro da entidade ocorreu apenas em 1986. “O nosso sindicato, por incrível que pareça, é o primeiro do País e o mais antigo dessa categoria” (Juarez Marques 23/07/2018). Ter movimentos organizacionais contribui para a fortalecer a luta da categoria por melhores condições de trabalho. Segundo o presidente do Sindambulantes-PB, a construção de shoppings populares se deve a luta dos trabalhadores.

⁸ Juarez Marques é um dos contemplados com a permissão do uso do quiosque após a revitalização do Parque da Lagoa Sólon de Lucena.

Mesmo com essa quantidade de centros populares, o número de trabalhadores ocupando as calçadas da área central divide opiniões. Para pedestres, o desemprego é o fator principal da existência do comércio de rua, mas reclamavam a falta de espaços nas calçadas para caminhar. Com isso, se torna obrigatório a passagem pela via dos veículos. No trecho oposto ao Parque da Lagoa, os táxis invadem uma faixa inteira da via, pois a área que deveriam ficar estão ocupadas pelos bancos de mercadorias.

Apesar do descumprimento de artigos do Código de Posturas, instituído pela Lei Complementar nº 07 de 17 de agosto de 1995, a atividade do comércio de rua é legítima do ponto de vista da situação de desemprego no País, o que faz com que as pessoas busquem no trabalho informal a solução financeira. No artigo 231, “o exercício do comércio ambulante e do eventual dependem de licença prévia do órgão competente da Prefeitura Municipal, em conformidade com as prescrições da Legislação Tributária do Município e do que preceitua este Código” (CÓDIGO DE POSTURAS, 1995, p.30).

Os comerciantes que trabalham diariamente nas ruas geralmente não têm essa autorização expressa. Diferentemente daqueles escalados, porque há uma seleção da quantidade que irá trabalhar nos eventos (Réveillon, Festa das Neves, Carnaval), a norma acaba se cumprindo, pois para isso precisam pagar taxa de luz e de uso e ocupação do solo. Aos demais do dia-dia, não há exigências da licença para utilização, mas não é dada a garantia de condições dignas do exercício da função. Para que se use o espaço é necessário a obtenção de licença,

Art. 232 - Para concessão da licença para o comércio ambulante e eventual, serão obtidas as informações seguintes:

- I. número de inscrição;
 - II. nome ou razão social e denominação;
 - III. ramo de atividade;
 - IV. número data da expedição e órgão expedidor da carteira de identidade do comerciante;
 - V. número, do CPF ou do CGC do comerciante;
 - VI. número da inscrição estadual, quando for o caso;
 - VII. endereço do vendedor ou da firma;
 - VIII. número de placa do veículo, quando for o caso.
- (CÓDIGO DE POSTURAS, 1995, p. 30).

Além disso, outro ponto em descumprimento é o já ressaltado sobre o uso das calçadas. No artigo 237 diz que “é proibido ao profissional ambulante e do comércio

eventual, sob pena de apreensão do material: [...] II. impedir ou dificultar o trânsito nos passeios públicos”, (CÓDIGO DE POSTURAS, 1995, p. 31). De certa forma, os mais afetados na área central são os pedestres que precisam passar pelas calçadas do trecho frontal do Centro Comercial de Passagem (CCP). Quando não é possível transitar, a opção é a via dos carros, embora seja arriscado. Ainda determina o Código, em parágrafo único do artigo 232, que,

O vendedor não licenciado para o exercício ou com período de licenciamento vencido, apanhado pela fiscalização exercendo as atividades previstas no Capítulo 11, Título IV, desta Lei, estará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder, cuja devolução ficará condicionada à obtenção ou à renovação da licença vencido e, a renovação da licença vencido e, a imposição das penalidades impostas (CODIGO DE POSTURAS, 1995, p. 30).

Não obstante que, em diversas situações, alguns comerciantes de rua já tiveram suas mercadorias apreendidas e encaminhadas para um galpão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que fica no antigo PAM da Primavera, que fica na região central, segundo contou Josenildo Belmont, diretor de Controle Urbano da Sedurb-JP. A determinação é que os alimentos sejam doados a instituições de caridade. Os demais, só voltam as mãos dos comerciantes após pagamento de multa a Prefeitura, porém, isso tem se tornado menos comum na cidade como será abordado mais à frente.

4. Conflitos entre trabalhadores de rua e poder público

Diante dos fatos históricos da presença dos comerciantes de rua nas áreas centrais da cidade de João Pessoa, nota-se que a ocupação das calçadas é algo antigo, mas que se deve a diversos fatores socioeconômicos. Proibir a prática da atividade é um caminho impossível, tendo em vista que a mesma contribui para aquecer o setor econômico do município. De certa forma, as pessoas estão contribuindo com a movimentação financeira da cidade, pois também terão que adquirir algum produto para o próprio consumo (alimentos, por exemplo) e isso é advindo do valor que arrecadou nas vendas das mercadorias nas ruas.

Como assim retratado, a relação de poder público e comércio de rua nunca foi amistosa. Em 2013, a Prefeitura de João Pessoa realizou a Operação “Calçada Livre” cujo objetivo visava retirar todos os vendedores ambulantes que, segundo a Sedurb-JP, atrapalhavam a mobilidade em diversos pontos da Capital. A determinação, conforme a gestão municipal, partiu do Ministério Público da Paraíba (MPPB) que pedia a desocupação das calçadas. Abaixo um exemplo da ação que retirou os comerciantes de rua (Figura 9).

Figura 9: Sedurb retira ambulantes das ruas durante operação



Fonte: G1/PB (04/2013)

Por trás das ações para retirar os trabalhadores da rua, o foco é promover a limpeza das vias públicas. Nessa reportagem, o coordenador da operação contou que os comerciantes poderiam trabalhar desde que os mesmos deixassem as calçadas limpas. Por conta disso, teriam que procurar outra área, ou seja, o poder público se eximiu da responsabilidade de ofertar um espaço digno de trabalho. Sendo assim, os comerciantes de foram “expulsos” dos locais onde exerciam a atividade. Insatisfeitos com isso, partiram para os confrontos diretos com os servidores da prefeitura.

No meio jornalístico, o uso dos termos ambulantes e camelôs aparecem como palavras sinônimas, quando o primeiro indica o trabalhador de rua que não fica parado em um único local, ou seja, estão em movimento, param apenas alguns minutos para vender as mercadorias. Já os camelôs são aqueles que permanecem parados ou têm o mesmo ponto todos os dias. Isso explica as manchetes e o corpo da reportagem como mostra a seguir a chegada de um trabalhador para mais um dia trabalho (Figura 10). O prédio ao fundo é o Terceirão, como já discutido na pesquisa, o primeiro shopping popular construído em João Pessoa. No lado oposto se encontra a Avenida Miguel Couto – área de concentração de trabalhadores.

Figura 10: Comerciantes de rua na chegada para mais um dia de trabalho.

JOÃO PESSOA

COMPARTILHAR:  

CAMELÔS: PREFEITURA NÃO QUER AMBULANTES NAS RUAS, MAS PARA ONDE ELES VÃO?

Bruna Vieira / 15 de janeiro de 2016

Foto: Nalva Figueiredo



Fonte: Correio da Paraíba (15/01/2016)

A presidente da Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (Ameg-PB), Márcia Medeiros, ressaltou o insucesso de shoppings populares na cidade. “O Shopping de Comércio do Varadouro não deu certo, pois foi imposto de cima para baixo sem nenhuma discussão. Pegaram as pessoas e quiseram encaixar naquela área” (Márcia Medeiros, 26/07/2018). Enquanto o 4x400, Terceirão e Centro Comercial de Passagem são exemplos de propostas de sucesso, pois antes da construção houve diálogo com os possíveis beneficiados. A ideia é a construção de um shopping nos moldes de um construído em Cuiabá (capital do Mato Grosso) onde, além do espaço para os comerciantes, conta com estacionamento e estabelecimentos de rede como filial da McDonald’s. Isso se deve a uma parceria público-privado considerada positiva. A mesma experiência quer que seja implantada em João Pessoa.

Aquele que trabalha na rua acaba sofrendo com problemas de saúde. “O ambulante não gosta de estar na rua. Acompanhamos muitas mulheres e muitas delas têm infecção urinária” (Márcia Medeiros, 26/07/2018). Segundo Márcia Medeiros, dependendo com o que trabalha e o espaço, muitas vezes a vendedora não pode deixar as mercadorias e ir ao banheiro sem a segurança de que o produto permanecerá intacto. “Ela tem uma amiga que pode guardar, mas muitas vezes a amiga do lado não pode ajudar. Daí vai segurando as suas necessidades até que ali se torna um problema de saúde” (Márcia Medeiros, 26/07/2018). O motivo de permanecer na rua ainda a falta de oportunidade de empregos, pois o trabalhador da rua “tem medo da chuva e se esconde do Sol” (Márcia Medeiros, 26/07/2018). A presidente da Associação relata as dificuldades dos comerciantes.

Quando chegamos, eles já estão lá. Tudo já está acontecendo e parece tudo meio mágico, mas não é. Eles pagam muito caro para guardar seus carrinhos. Eles não têm estabelecimentos para guardar as mercadorias na hora que quiserem. Se eles fizerem uma compra em uma outra cidade não tem como colocar no local que pagam. Eles precisam pagar um carro para levar até em casa e trazer no dia seguinte. São coisas que deixam o ambulante fragilizado, mas para quem na rua dia-dia tudo parece mágico e por trás de tudo isso tem uma história (Márcia Medeiros, 26/07/2018).

A crise econômica tem sido apontada como um dos fatores para o aumento do número de pessoas trabalhando nas ruas como forma de sobrevivência. Se observar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o quantitativo de pessoas acima dos 14 anos de idade desocupadas no segundo trimestre de 2018 atingia a marca de 187 mil (11%) pessoas na Paraíba.

Embora o quantitativo de pessoas desocupadas tenha reduzido em relação ao primeiro trimestre do ano corrente, 201 mil (11,7%), o número ainda é alto. No entanto, nos três primeiros meses de 2017, a pesquisa mostrou que 220 mil (13,2%) trabalhadores estavam desempregados, apesar de ter decrescido e fechado o ano com 174 mil desocupados – redução de 46 mil desempregados.

Nos primeiros seis meses de 2018, 6.163 postos de trabalho com carteira assinada foram fechados na Paraíba, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O setor que mais perdeu vagas foi a indústria de transformação (5.149). O desemprego, principalmente por conta da crise econômica contribuiu para que os trabalhadores procurassem novas formas de obter a renda mensal. Uma das hipóteses é a ida para o comércio de rua e isso teria refletido no comércio. Por conta disso também há uma explicação do porquê existir tantos trabalhadores ocupando as calçadas da área central de João Pessoa. Na pesquisa, constatou-se que há um ciclo econômico: comerciante revende de outro comerciante para se manter nas ruas.

Para você vim para a rua, você precisa ter um material para vender. Para você ter esse material para vender, você precisa ter um dinheiro para iniciar. E como é que você inicia se você não tem esse dinheiro? Você submete a escravidão de novo. Eu vou para a rua com o teu material. Pego na tua mão por R\$ 2 e eu vou para o meio da rua tentar vender por R\$ 2,50, R\$ 3 até eu conseguir manter e sobrar o meu. O que acontece? (Márcia Medeiros, 26/07/2018)

Uma das críticas da presidente da Ameg-PB são as lojas de chineses. “Tem alguns deles que dão ao povo o material para que o pessoal preste conta no final da tarde. Não fala a sua língua. Só fala quando realmente quer negociar, mas o povo precisa. O pessoal sabe que é escravidão, mas precisa pagar o aluguel, ter a feira” (Márcia Medeiros, 26/07/2017). Mesmo sabendo dessa triste realidade, disse que não há o que se fazer. “Gostaria que a nossa instituição pudesse ter uma linha de crédito para que ambulante pudesse pegar o dinheiro, comprar o material, se firmar e depois pagar, mas não temos essas condições” (idem). Enquanto isso, ficam as promessas como mostram as figuras 11 e 12.

Figura 11: Seurb se reúne com camelôs da área central de João Pessoa



ASSUREIRO LIMA

APÓS TUMULTO NA LAGOA

Sedurb se reunirá com camelôs

Katiana Ramos

Representantes dos ambulantes que comercializam frutas e verduras no Parque da Lagoa, Centro de João Pessoa, devem se reunir hoje pela manhã com equipes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da capital (Sedurb). A medida foi tomada após um tumulto ocorrido ontem no Parque quando fiscais da secretaria tentaram retirar os comerciantes do local.

De acordo com o secretário da Sedurb, João Furtado, os ambulantes que comercializam frutas, verduras e raízes foram notificados sobre a data de remoção dos carrinhos no entorno do Parque desde o mês passado, caso persistissem em atuar na área. A decisão foi formalizada em uma audiência na Câmara Municipal, segundo informou o secretário.

Durante a retirada dos carrinhos no entorno do Parque da Lagoa, na manhã de ontem, houve confronto entre alguns ambulantes e

“Os ambulantes já tinham sido notificados e assinado esse acordo. Mas houve o descumprimento e os fiscais tiveram que fazer a retirada dos produtos da área do Parque e aí houve essa confusão. Vamos tentar essa reunião no Ministério Público para solucionar esse problema. O comércio de frutas, verduras e raízes só é permitido dentro dos mercados e feiras livres”

João Furtado, secretário da Sedurb

fiscais da Sedurb. O trânsito no local foi interditado entre as 10h até as 12h37, porque alguns ambulantes atearam fogo no anel externo do Parque, onde passam os veículos. Durante o embate, um ambulante ainda tentou atirar pedras contra a van da Sedurb, mas acabou contido.

Convite
Missa de Sétimo Dia
O Colégio Marista Pio X comemora todos para a Missa de Sétimo Dia do Irmão Marista Orlando Cunha Lima, nascido em João Pessoa em 18 de fevereiro de 1931. De seus 86 anos de idade, 69 foram dedicados à vida religiosa. Temos certeza que Cristo ressuscitado o acolheu em seus braços, recompensando-o por toda a sua doação ao próximo, realizada em vida. Que a Luz Mãe e Champaign fortaleçam a todos com fé e amor. A cerimônia será neste sábado, dia 23 de setembro, às 17 horas, na Capela do Colégio Marista Pio X. Desde já agradecemos aos irmãos maristas presentes e a todos os colaboradores.

Fonte: Jornal Correio da Paraíba (22/09/2017)

Figura 12: Promessa de retirada de ambulantes do Centro da cidade

NO VARADOURO

Ambulantes serão transferidos

Aline Martins

A área central de João Pessoa, nos cruzamentos das avenidas Desembargador Souto Major e Santos Dumont, e da Rua Santo Elias com a via do Parque Solon de Lucena, está tomada por ambulantes nas calçadas. Quem precisa caminhar pelo local tem menos espaço. Mas essa situação deve ser modificada. A prefeitura pretende cadastrar e instalar os ambulantes no shopping popular Centro de Comércio e Serviço do Varadouro.

Barracas de comida, água, perfumes, roupas, calçados, equipamentos eletrônicos, brinquedos e cosméticos. Tudo isso dividindo o mesmo espaço com transeuntes. Alguns pedestres como a aposentada Lourdes Alves, 80 anos, não concordam com a ocupação das calçadas pelos ambulantes. “Acho horrível porque a gente fica arriscando a vida da gente. Tem que se resolver isso”, afirmou. Ela também acredita que é necessário se tomar uma providência sobre a falta de espaço nas calçadas. “Acredito que é muito ruim ter que passar, principalmente idoso, porque fica muito tumultuado com muitos ambulantes”, frisou.

Mas há quem discorde que a presença dos ambulantes atrapalhe a passagem de pessoas. É o caso da funcionária pública Zaira Gabriel, 60 anos, não vê nenhum problema dos ambulantes ocuparem as calçadas.

“Eles têm que ficar para sobreviver porque não têm emprego. Se ficar só no mercado não vende. Não me incomoda em nada. É até mais fácil porque passo, tenho vontade de comprar alguma coisa e comprar”, comentou.

Em busca de solução. O secretário de Desenvolvimento Urbano (Sedurb), Newton Marinho, informou que tem conhecimento do problema na região, que se agrava a cada dia, e disse que uma equipe da secretaria irá conversar com os ambulantes e fazer um cadastramento para que eles possam ocupar espaços no Centro de Comércio e Serviços do Varadouro. Ele comentou que o local até então não era atrativo para os comerciantes que estavam no local porque não havia movimentação. No entanto, como forma de mudar esse quadro negativo, a prefeitura abriu espaço para que fosse instalado um sistema de pagamento de contas – correspondente bancário que está há 15 dias no shopping, o que promete movimentar.

Além disso, o setor do Programa Bolsa Família, que atualmente funciona em um prédio alugado, deve também ser transferido para este local. A secretaria está conversando com a pasta responsável para fazer esse trabalho, a Desenvolvimento Social (Sedes) que também será responsável pelo cadastramento de ambulantes. Há três meses, Newton Marinho, informou que o Ponto de Cem Réis estava ocupado por ambulantes e foi feito um trabalho e retiraram eles. No entanto, muitos deles ocuparam outras áreas do Centro da cidade.

Pedestre excluído. Camelôs ocupam várias calçadas no Centro de JP

Fonte: Jornal Correio da Paraíba (19/10/2016)

A retirada dos trabalhadores de rua ganhou destaques por diversas vezes na mídia. Mas ao se observar, as afirmativas pouco saíram do papel como se constata a partir da publicação acima, de outubro de 2016. Tanto o presidente do Sindambulantes-PB quanto a presidente da Ameg-PB destacou que o comerciante de rua é visto pelo poder público de algumas cidades como um problema urbano que precisa ser solucionado. A Associação foi criada em 2006 como proposta de atender especialmente os trabalhadores que trabalham em praças, calçadas e orla marítima.

Por falta de conhecimento, Márcia Medeiros (presidente da Associação) comentou que alguns trabalhadores de rua acabam obstruindo rampas de acessibilidade para cadeirantes, sem saber que aquela ação infringe normas. Associado a isso há uma crítica por parte dos pedestres que não compreendem a falta de conhecimento e apenas criticam.

A maioria do ambulante não tem formação e muitas vezes ocupam a vaga de deficiente sem ter noção que está prejudicando. Era preciso que o poder público tivesse um olhar de informar, de um olhar educativo, um olhar de preocupação com as suas calçadas que eles querem livre, mas eles não têm esse olhar. A nossa instituição tenta fazer. Agora a instituição não tem dinheiro, então a gente faz com o que dá (Márcia Medeiros, 26/07/2018).

Devido à necessidade de se ter renda para pagar o aluguel e comprar a feira, muitos trabalhadores recorrem a empréstimos a agiotas, tornando um problema mais grave ao se tornarem endividados. “Muitos ambulantes que estão no Centro da cidade estão correndo o risco de morte” (idem). Um exemplo dessa situação é quando um comerciante pede emprestado R\$ 500, combina-se um valor por dia para ser quitado até completar aquele o valor acertado. Caso isso não ocorra, a dívida se acumula e os prejuízos se tornam maiores. “Não tem perdão. Não tem acordo. Nem vem para o Centro” (idem).

As divergências entre os trabalhadores de rua e o poder público se tornaram acirradas com a criação do grupo de agentes de controle urbano na cidade de Joao Pessoa, que na linguagem popular recebeu a denominação de “Bombados”, em 2005. Esses ficavam incumbidos do cumprimento da ordem de “limpeza” das vias públicas, o que gerou vários registros de conflitos, inclusive com agressões físicas praticadas por parte dos servidores da Prefeitura da Capital.

Nos anos das publicações das reportagens a seguir, embora tendenciosas, traziam um cenário de confusões replicados em manchetes jornalísticas e de críticas quanto a atitude dos operadores da gestão municipal. Alguns casos de violência foram denunciados ao Ministério Público da Paraíba (MPPB) e as ações agressivas supostamente foram determinadas pela gestão municipal. Porém, como falado anteriormente, a maior parte dos veículos de comunicação mantém parcialidade de suas publicações, deixando-as tendenciosas. Na época das reportagens a seguir, o portal pertencia a um grupo político que fazia oposição a gestão municipal.

Figura 13: Relatos de agressões contra ambulantes na Capital



Fonte: Click PB (20/03/2006; 19/04/2007; 15/05/2008; 19/03/2010; 17/08/2011).

Moura Júnior (2010) destaca que no comércio de rua funciona a partir de uma interligação socioeconômica que permite que funcione em um sistema de rede. Além disso, destaca que “o espaço urbano [...] transmuta-se em lugar de convivência social e de trabalho, em que relações de troca ampliam seu significado para além da troca e do valor de uso, assim emergindo destas, a circulação dos valores de vínculo” (p. 154). A isso mostra que os trabalhadores de rua se adaptam as necessidades e aos interesses dos clientes.

Conforme Juarez Marques, presidente do Sindambulantes-PB, os comerciantes são considerados “camaleões”, pois conseguem sobreviver de acordo com as dinâmicas cotidianas do mercado. Outro detalhe é que a “vitrine” das barracas dos comerciantes de rua são os olhos da população. “Se uma pessoa quer um lápis, o ambulante vende o lápis. Mas se o cliente quer um caderno, mas naquela barraca não tem. Ele vai arrumar até conseguir para o cliente porque é assim que trabalha o ambulante. Vender aquilo que as pessoas desejam. A nossa vitrine é o desejo dos olhos do outro” (Juarez Marques, 24/07/2018).

Sempre em bancos de modelos e tamanhos diferentes, com ou sem guarda-sol, os comerciantes de rua tentam conquistar os clientes, seja na base do anúncio sonoro das promoções ou com cartazes para chamar a atenção. Há uma variedade de mercadorias, portanto é possível encontrar de tudo um pouco. Juarez Marques (Sindicato) comentou que geralmente o trabalhador da rua inicia vendendo alimentos, pois se as vendas naquele dia não forem suficientes, as refeições da família do dia ou dos dias estão garantidas. Por isso, é comum encontrar a comercialização desses produtos em carrinhos de mão cheios de frutas ou verduras. Somente quando o trabalhador se sente confiante é que troca o tipo de mercadoria.

Trabalhar na rua é também uma forma de se relacionar com as demais pessoas, é manter laços de afetivos sociais, pois muitos mais tempo fora de casa (o dia inteiro) do que com a família. No local onde instalam os bancos ou barracas sempre há uma ajuda mútua entre eles, afinal de contas todos enfrentam o dilema da possível retirada do poder público dos comerciantes de rua das praças, calçadas ou feiras. As relações afetivas são importantes para a mente, o coração e a resistência como comerciante de rua.

A Ameg-PB funciona há 12 anos. Nos primeiros oito anos, os representantes da associação se “cotizava”, segundo Márcia Medeiros, para pagar algumas taxas como a do cartório. “Só que depois nós alugamos sede, contratamos secretária, então tinha água, luz, internet e todos os custos. Para isso estávamos recebendo uma mensalidade de R\$ 5, mas faz mais ou menos dois anos que a gente não está recebendo mais. Hoje temos um terreno no José Américo que é a sede própria” (Márcia Medeiros, 26/07/2018). Por não está recebendo contribuições financeiras, a secretária foi dispensada. “Isso dificulta muito porque se a gente não tem secretária para poder cuidar das coisas, ela fica muito focada na ‘gente’ da diretoria e a vida fica assim... Quase 4 horas da tarde e eu não almocei ainda. Isso acontece muitas vezes durante a semana” (idem).

De acordo com Márcia Medeiros, três áreas são de destaques para os trabalhadores de rua: Mangabeira, Cruz das Armas e das praias. “O poder público não quer o ambulante no Cabo Branco (praia) e nem na principal de Mangabeira. O centro é onde o ambulante se concentrou mais porque acaba sendo a defesa um do outro” (Márcia Medeiros, 26/07/2018). Diariamente os trabalhadores são expulsos de suas cidades por falta de oportunidade e de valorização dessa atividade.

5. Motivos da permanência dos trabalhadores nas ruas

O desemprego é um dos fatores que contribui para o aumento de vendedores nas ruas. No entanto, como já observado nesta pesquisa, outro fenômeno ganha espaço no comércio de rua da cidade de Joao Pessoa: a relação direta do trabalhador com o proprietário de lojas de importados. Ou ainda comerciante de rua com permissionário de boxe em shopping popular. Como destacado pela presidente da Ameg-PB, Márcia Medeiros, embora os comerciantes saibam da dependência que se submetem, eles aceitam por conta da questão financeira, ou seja, “se curvam a escravidão”.

Antes disso, a hipótese levantada no estudo era de que apenas os permissionários de boxes inseridos em shoppings populares, devido ao movimento “fraco”, decidiram fechar os pontos comerciais e irem para a rua vender os produtos. Ou ainda mantinham abertos, mas contratava amigos, familiares ou desconhecidos para fazer a função de comerciante de rua e comercializar aquela mercadoria “encalhada”. Porém é possível encontrar outras formas de permanência no local. Os produtos eletroeletrônicos são os que mais chamam atenção por conta do atual processo evolutivo tecnológico. Isso é reflexo do crescimento das cidades. Destaca-se também as falhas na implantação de políticas públicas para atender o trabalhador de rua.

O circuito inferior é mais comumente chamado de ‘terciário’ na literatura referente à urbanização dos países subdesenvolvidos, ‘terciarização’ tornou-se expressão consagrada para definir a atividades as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização (SANTOS, 1979, p. 157).

Na área central de João Pessoa se desenvolve o setor de comércio e serviços, sem a presença da indústria. É comum que a atividade de rua seja típica de países subdesenvolvidos por conta do período e como se deu o processo de urbanização. No Brasil ocorreu de forma tardia em relação às nações europeias, mas ao mesmo tempo se efetuou em um curto espaço de tempo. A saída do campo para as cidades provocou um inchaço, obrigando muitas pessoas a ocuparem áreas consideradas de risco.

A escolha pelo Centro para a venda dos produtos não é apenas devido ao fluxo, mas a escolha é por proteção caso o banco ou a tela do trabalhador é recolhida pelo poder público. “No Centro acaba tendo mais ambulantes, não é porque o dinheiro circule mais no Centro, é que aqui é uma forma de defesa. É aquela história: se vim tomar a minha tela, Márcia já conversou com a gente e disse que não é a tela de Maria ou a tela de João, a tela é do ambulante” (Márcia Medeiros, 26/07/2018).

Além disso, a concentração de comerciantes de rua também é maior em João Pessoa, pois muitos são moradores de localidades vizinhas – Bayeux, Cabedelo, Santa Rita – que buscam refúgio ou são “expulsos” diariamente de onde residem em busca de trabalho na Capital. Com isso, a concentração maior de trabalhadores de rua ocorre na principal cidade da Paraíba. Isso se configura como migração pendular – transferência momentânea diária de pessoas para cidades das regiões metropolitanas.

Para esta pesquisa, tomou-se por base dois shoppings populares (um considerado de sucesso e o outro de insucesso) a fim de analisar o comportamento no interior e exterior dos estabelecimentos. Um deles é o Centro Comercial de Passagem, que funciona no Parque Sólon de Lucena e o Centro de Comércio e Serviços do Varadouro, localizado em frente ao Terminal de Integração do Varadouro. O primeiro, no dia da visita in loco, estava praticamente com todos os boxes funcionando, apenas dois estavam em reforma. Enquanto que no segundo, o cenário é de vários boxes fechados.

O comerciante que trabalha no CCP não quer sair do local, mesmo que em alguns dias não consiga vender nenhum produto. É o caso da entrevista 1, de 68 anos, que desde os 14 anos, sobrevive do comércio. Sempre falante, a trabalhadora atendeu educadamente a pesquisadora, diferentemente de alguns que preferiram não conversar ou associarem a pesquisa acadêmica a uma pesquisa eleitoreira. “Já vendi de tudo que você possa imaginar, só não vendi droga. Criei meus três filhos debaixo das barracas. Todos cresceram respeitando o povo e no bom caminho” (25/09/2018).

Desde que o Centro Comercial de Passagem foi criado, há 12 anos, a comerciante continua no mesmo boxe. “Hoje eu não vendi nada, mas aqui é o melhor espaço para ganhar o pão de cada dia. Aqui uma hora ou outra entra alguém para comprar. A gente não está no Sol e nem na chuva” (Entrevistada 1). Como mora em Bayeux, todos os dias se desloca para a Capital por meio do transporte coletivo. “Prefiro João Pessoa porque em Bayeux é mais difícil ser camelô” (idem).

Também nesse mesmo shopping está a entrevistada 2, de 29 anos, que mora na cidade de Santa Rita e se desloca para João Pessoa diariamente por transporte alternativo por conta da rapidez. “Desde que fiquei desempregada, há uns seis anos, vivo no boxe. Aqui é melhor do que ficar na rua. Eu não quero sair daqui porque sempre há um movimento de pessoas que entra e sai e com isso dá para ganhar alguma quantia”, (Entrevistada 2, 25/09/2018).

No entorno é possível perceber o intenso fluxo de comerciantes de rua ocupando as calçadas ou nos canteiros laterais das vias de tráfego de veículos. O trecho é considerado ideal pelos comerciantes devido a concentração de estabelecimentos comerciais, facilitando a passagem de pessoas com interesse de compras. Diferente do que ocorre no Centro de Comércio e Serviços do Varadouro, pois para os comerciantes deste local, embora a estrutura os proteja do Sol e dos dias de chuvas, falta atenção do poder público em incentivar na busca por clientes, através de publicidades.

Para o entrevistado 3, de 28 anos, que trabalha no CCSV, herdou dos pais a “carreira” de comerciante de rua, pois iniciou “aos 14 anos vendendo com os meus pais na frente da Rodoviária, depois viemos para o shopping para a Praça de Alimentação onde estamos há oito anos. Não queremos sair daqui” (Entrevistado 3, 25/09/2018). O principal interesse dos trabalhadores é ações de incentivo para aumentar a clientela. A entrevistada 4, também do CCSV, desde os 14 anos vive do comércio de rua, mas se diz insatisfeita por estar em um ambiente que o fluxo de pessoas é pequeno. “Eu tenho os clientes certos que vem comprar, mas nem todos conseguem ter isso. A situação está apertando. Muitas vezes a gente abre porque tem que abrir, mas às vezes é só gasto” (Entrevistada 4, 25/09/2018). O CCSV é considerado um shopping de insucesso. É o que se justifica pela quantidade de boxes fechados.

A própria estrutura física (piso e subsolo) dificulta ainda mais a movimentação das pessoas. A maior parte dos pontos fechados estão situados na parte do subsolo do Centro Comercial. Enquanto que na superior, a passagem de pessoas é maior. Há uma agência da Loteria da Caixa onde é possível encontrar uma intensa movimentação. Mesmo ao lado de um Terminal de Integração e de uma Rodoviária, que passa pelo entorno, geralmente não tem o interesse em compras, servindo apenas como uma via de passagem. Conforme a Sedurb-JP, em julho de 2018 havia 100 boxes fechados no CCSV.

Em relação ao trabalho de controle urbano, o diretor de Serviços Urbanos, Josenildo Belmont, explicou que a fiscalização é para evitar que os comerciantes de rua ocupem os passeios públicos, às áreas destinadas aos cadeirantes idosos e faixas de pedestres. Os agentes trabalham das 7h às 22h. Na área central ficam das 8h às 19h, enquanto que nos mercados públicos, o trabalho se inicia mais cedo, às 7h. Em média, 70 pessoas são responsáveis pela inspeção das áreas. “O pessoal de mercado permanece até as 13h. Depois esse pessoal é deslocado para o Centro para dar um reforço nas áreas da Integração que é o ponto mais cobiçado pelos ambulantes. Às 17h tem uma equipe que se desloca para a praia” (Josenildo Belmont, 24/07/2018).

Nesse processo e fiscalização, as mercadorias só são apreendidas, segundo Belmont, quando há um “exagero” da ocupação dos locais, principalmente os proibidos, ou “desobediência” durante a abordagem. Ao serem recolhidos, os produtos vão parar no depósito municipal que funciona no antigo Posto de Assistência Médica da Primavera (PAM da Primavera), no Varadouro. Os comerciantes de rua são orientados a comparecerem a Divisão de Controle e Posturas. Com esse termo de apreensão, o trabalhador dá entrada no processo solicitando na Sedurb-JP para a liberação da mercadoria. O processo passa pelo jurídico. Depois pagam uma taxa no valor de 7 UFIR (ao no entono de R\$ 240, que varia conforme o valor do dia). Se for algo relacionado com comida, os alimentos não são devolvidos, mas destinados a uma instituição de caridade.

Percebe-se que a prefeitura tem permitido o uso, mesmo em desacordo com o Código de Posturas, que permite apenas quando há licença do uso e ocupação do solo em períodos festivos. Em outras circunstâncias fica a critério do gestor, por conta disso é necessária a organização e padronização da atividade comercial. “A Sedurb vem tolerando essa ocupação deles desde que atendem o local não seja onde transitem os pedestres” (Josenildo Belmont, 24/07/2018). Para que sejam retirados da rua, a Sedurb-JP estuda a possibilidade de criação de um novo shopping popular. A área escolhida é um terreno na Avenida Dom Pedro I, ao lado do Procon-JP, ou na Rua Santos Dumont. No entanto, nesse último caso, a liberação depende da Semob-JP, pois se faz necessário um estudo. Esse trecho é um dos escolhidos pela Associação para que os comerciantes que ainda estão nas ruas possam trabalhar de forma organizada e padronizada. Além desse ponto, a segunda sugestão é a via do shopping dos Sapateiros como espaço para montagem dos bancos.

A gestão municipal estuda a possibilidade de criar um novo centro comercial popular. A Associação já tem ideias, inclusive, a presidente informou que, caso a prefeitura não tivesse recurso financeiro, poderia fazer um empréstimo propondo um valor acessível que os trabalhadores de rua pudessem arcar. Enquanto isso, as propostas ainda ficam no papel ou apenas nos debates. Entende-se que o comércio de rua é de fundamental importância para a economia das cidades, mas que o poder público precisa organizar um espaço para as pessoas em uma área mais digna de trabalho e assim evitar que alguns sofram de problemas de saúde.

Compreende-se que os shoppings populares são uma alternativa para organizar e padronizar os locais de trabalho, mas somente colocar os comerciantes de rua em um galpão com pouca infraestrutura ou mesmo sem fluxo de clientes não é uma solução viável. Como observado, o CCP foi um projeto que deu certo sob o ponto de vista de quem lida diariamente com o setor informal. É preciso investir em publicidade a fim de despertar o interesse da população consumidora. Durante o primeiro e segundo anos de fundação do CCSV, a prefeitura investiu em sorteios de objetos eletrônicos e até carro para quem comprasse no centro comercial, mas com o passar dos anos essa medida foi abolida e o interesse do público diminuiu.

Tais medidas adotadas para atrair a clientela melhoraram o funcionamento do CCSV como confirmam os depoimentos dos entrevistados. Porém quando deixaram de existir, houve uma queda de interessados nos produtos. A insatisfação dos comerciantes desse shopping popular é em relação ao abandono poder público com o espaço. Muito embora, os trabalhadores informaram que ainda preferem permanecer em uma área com estrutura física (coberta e com banheiros). Pensar o comércio de rua é ao mesmo tempo entender o processo de urbanização da cidade de João Pessoa.

O marco da urbanização e do processo de expansão de João Pessoa é a Avenida Epitácio Pessoa, em meados de 1940, a partir disso, várias ruas foram pavimentadas. Nesse período, os comerciantes informais já vendiam suas mercadorias nas ruas. Com o crescimento e a modernização da cidade, aumentou o número de locais com presença dos trabalhadores. Nos anos 1950, como mostra o levantamento histórico, os “camelots” como assim eram denominados, ocupavam as calçadas da Avenida Guedes Pereira. Anos mais tarde, ocuparam a Rua Duque de Caxias, e hoje estão em várias locais do Centro, mas também em alguns bairros e nas novas centralidades. Pensar o comércio de rua é associá-lo com a urbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do comércio de rua nos dias de hoje é uma tarefa desafiadora. É necessário analisar como se realiza a atividade, principalmente nas áreas centrais das cidades. Com isso é preciso ouvir e compreender o lado dos trabalhadores a partir dos motivos elencados para a permanência nas calçadas, praças e mercados públicos. Em João Pessoa, a venda de produtos por meio do camelô ou ambulante existe desde o início do século passado como verificado nesta pesquisa.

Com o passar dos anos, a atividade ganhou força, porém pouco foi valorizada pelo poder público que apenas usou a força para reprimir ao invés de valorizar o setor econômico que move as finanças de uma cidade. A informalidade é vista como benéfica em parte pelos órgãos econômicos. O desemprego se reduz quando há trabalhadores conquistando uma renda. Hoje, essas pessoas podem ser microempreendedoras a partir do MEI – Microempreendedor Individual. Com ele é possível montar uma pequena empresa e ainda ter vários benefícios.

No contexto do comércio de rua de João Pessoa, percebe-se que a luta dos trabalhadores é diária para a valorização da categoria. Cada dia é um dia de sobrevivência, principalmente aqueles que não têm recursos financeiros. Hoje os motivos que possibilitam a permanência dos comerciantes são o desemprego, a relação comerciante de shoppings popular com comerciante de rua e empresário com comerciante de rua.

Apesar de entender como “escravidão”, muitas pessoas se submetem a exploração trabalhista informal. O número de desempregados é assustador e todas as pessoas precisam pagar suas dívidas e se sustentar. É um trabalho árduo, mas pelo qual as pessoas são obrigadas a passar. Além disso, para continuar no mercado acabam também obtendo empréstimos a agiotas, sem condições de pagar. A situação é considerada complicada, mas os comerciantes de rua aguardam por dias melhores.

Nesta pesquisa, além do desemprego, notou-se que outros fenômenos permitem a permanência dos comerciantes de ruas nas praças, calçadas e feiras livres. O instinto de sobrevivência, as novas relações trabalhistas informais – informal com formal (comerciantes de rua com donos de lojas fixas), informal com informal (comerciante de dentro de shopping popular com comerciante de rua) – faz com que as pessoas busquem alternativas financeiras para se manter na vida.

Do outro lado, o poder público pouco reconhece a contribuição do comércio informal para a economia urbana, que movimentava o mercado financeiro da cidade. A construção de shoppings populares é uma alternativa para retirar os comerciantes (camelôs e ambulantes) das praças, calçadas e demais vias públicas e organizá-los estruturalmente. Porém, o poder público só leva em consideração o problema urbano que é o descumprimento das leis que controlam a cidade. É necessário pensar para além de apenas implantar um centro comercial para produtos econômicos. É preciso olhar também o social e a saúde dessas pessoas. Como a presidente da Ameg-PB, Márcia Medeiros, destacou, muitos sofrem com doenças dermatológicas, desconhecem de regras como de acessibilidade e até mesmo de economia. Além disso, não apenas o poder público poderia refletir essa problemática social, mas também as empresas privadas ou os órgãos que trabalham com o financeiro. Uma proposta seria uma consultoria econômica para que os trabalhadores possam organizar suas contas ou mesmo publicizar a marca nos boxes ou ambientes do shopping.

Se visto pelo ponto de vista da educação, poderia se oferecer capacitação profissional para os comerciantes de rua. É necessário ver além do problema urbano, mas também o lado social das famílias que diariamente saem de suas residências cedo e voltam tarde para casa após o expediente no Sol ou na chuva. Alguns praticam a migração pendular por questões de sobrevivência. Aquele que vive dentro de um shopping, principalmente nas áreas consideradas valorizadas, ou seja, com um número expressivo de clientes, não pretende sair para ocupar as ruas por conta das desvantagens logísticas.

Este trabalho buscou explicações dos motivos relacionados a permanência dos comerciantes de rua nas calçadas, praças e mercados públicos. O desemprego é o principal fator – quadro atual do País – mas não é o único, pois alguns trabalhadores que não conseguem vender suas mercadorias dentro dos shoppings acabam também indo para as vias públicas. Outra relação atual que favorece a continuidade é o vínculo formal com informal e informal com informal. Com isso o principal questionamento foi respondido. Porém o tema pode ser usado para outras pesquisas como mesmo a questão da saúde dos comerciantes de rua. A presidente da Ameg-PB informou algumas doenças decorrentes da exposição excessiva dos trabalhadores ao Sol ou infecções decorrentes da pouca ida ao banheiro. É um mote a ser investigado. Esse assunto rende outros estudos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa, a memória do tempo**. João Pessoa: Grafset - Gráfica e Editora, 1993. 356p.

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma Cidade de Quatro Séculos: evolução e roteiro**. Paraíba, João Pessoa: A União Editora, 1989. 2ªed.

ALVES, Glória da Anunciação. **O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. São Paulo: FFLCH, 2010, 268 p.

ARRUDA, Avenzoar. Uma nova visão da cidade. In: **Uma nova visão da cidade. ARRUDA, Avenzoar (org.)**. Paraíba, João Pessoa: CAAP, 2004, p.21-31

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro (CTB): Parada pacto nacional pela redução de acidentes. Um pacto pela vida/** [revisão e atualização Simiramis Graças de Queiroz Lima, Marcos José Bezerra]. 1ª ed. Recife, PE: Soler, 2013.

BRASIL, IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Trimestral)**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/paraiba>>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

BRASIL, Caged. **Caged julho de 2018**. Disponível em <<http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-2018/caged-julho-2018>>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 1ªed. 1ªreimpr.

_____. **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes e Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 124 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2000. 7ª ed.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **A Cidade e o Comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, 1997, v. 11, p. 187-210.

FARIAS, Arion. 1920 - Os casarões e o cotidiano. II Parte. In.: **História da Paraíba e sua Capital/** José Octávio de Arruda Mello, Arion Farias, Humberto Mello; Heitor Cabral (org.). João Pessoa: Imprell Editora, 2010, 254p.

GONDIM, Linda M. P. O projeto de pesquisa no contexto do processo de construção do conhecimento. In: _____. (Org). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto de dissertação de mestrado**. Fortaleza: Edições UFC, 1999, p.17-38.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. O trabalho informal no município de São Paulo. In: **Mapa do trabalho informal Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. Paul Singer, Márcio Pochmann; Kjeld Jakobsen, Renato Martins e Osmir Dombrowski (organizadores). Editora Fundação Perseu Abramo. Coleção Brasil Urgente. 1ª ed., 1ª reimpr., 2001.

KAISER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº84, 93-104, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. [2ª reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, Humberto. A expansão da cidade. III Parte. In.: **História da Paraíba e sua Capital/** José Octávio de Arruda; Arion Farias; Humberto Mello; Heitor Cabral (org.). João Pessoa: Imprell Editora, 2010, 254p.

MELLO², Octávio de Arruda. In.: **História da Paraíba e sua Capital/** José Octávio de Arruda Mello, Arion Farias, Humberto Mello; Heitor Cabral (org.). João Pessoa: Imprell Editora, 2010, 254p.

MOURA, Alessandra Soares de. **Trabalhar na rua: Análise dos usos e apropriação do espaço por camelôs e ambulantes no bairro do Centro de João Pessoa/PB.** Dissertação. João Pessoa-PB, 2014.

MOURA JÚNIOR, Cosme Oliveira. **Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua: o caso de São Luís.** São Luís: EDUFMA, 2010.

PARAÍBA. **Código de Urbanismo (2001).** João Pessoa, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria de Planejamento, 2018.

PARAÍBA. **Código de Posturas (1995).** João Pessoa, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria de Planejamento, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana.** Artigo. Goiás: Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mosaico Revista de Mestrado em História, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 5ªed. 176 p.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e metodológico da Geografia.** Hucitec: São Paulo, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção /** Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

VIEIRA, Bruna. **Camelôs: prefeitura não quer ambulantes nas ruas, mas para onde eles vão?.** Disponível em <<http://correiodaparaiba.com.br/cidades/joao-pessoa/camelos-prefeitura-nao-quer-ambulantes-nas-ruas-mas-para-onde-ele-va/>>. Acesso em 20 de julho de 2018